



MÓDULO DE SOCIOLOGIA RURAL

1º Ano

Disciplina: SOCIOLOGIA RURAL

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - ISCED

Direitos de autor (copyright)

Este manual é propriedade do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED), e contém reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução parcial ou total deste manual, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrónicos, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa de entidade editora (Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)).

A não observância do acima estipulado o infrator é passível a aplicação de processos judiciais em vigor no País.

Instituto superior de Ciências e Educação a Distância (isced)

Direcção de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

Rua Dr. Almeida Lacerda, N° 212 Ponta - Gêa

Beira - Moçambique

Telefone: +258 23 323501

Cel: +258 82 3055839

Fax: 23323501

E-mail: isced@isced.ac.mz

Website: www.isced.ac.mz

Agradecimentos

O Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED) agradece a colaboração dos seguintes indivíduos e instituições na elaboração deste manual:

<i>Autor</i>	Plínio Fonseca e Aníbal Chaúque
<i>Coordenação</i>	Direcção Académica
<i>Design</i>	Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)
<i>Financiamento e Logística</i>	Instituto Africano de Promoção da Educação a Distância (IAPED)
<i>Revisão Científica e Linguística</i>	XXXXX
<i>Ano de Publicação</i>	2021
<i>Local de Publicação</i>	ISCED - BEIRA

Índice

Visão geral	1
Bem-vindo à Disciplina/Módulo de Sociologia Rural	1
Objectivos do Módulo	1
Quem deveria estudar este módulo	1
Como está estruturado este módulo	2
Ícones de actividade	3
Habilidades de estudo	3
Precisa de apoio?	5
Tarefas (avaliação e auto-avaliação)	5
Avaliação	6
TEMA - I: SOCIOLOGIA E DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO RURAL	7
UNIDADE TEMÁTICA 1.1. Introdução, da génese ao conceito da sociologia e sociologia rural	7
UNIDADE TEMÁTICA 1.2. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural moçambicana	12
UNIDADE TEMÁTICA 1.3. As relações de trabalho e o modelo comportamental dos pequenos produtores nas zonas rurais	16
TEMA - 2: POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E GÉNERO.	21
UNIDADE TEMÁTICA 2.1. Conceitos de Pobreza e exclusão social	21
UNIDADE TEMÁTICA 2.2. Género	28
TEMA - 3: MÉTODOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIAL	32
UNIDADE TEMÁTICA 3.1. Questões metodológicas	32
TEMA - 4: CULTURA RURAL COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO	329
UNIDADE TEMÁTICA 4.1. Evolução histórica do conceito de cultura, elementos culturais e suas relações	39
UNIDADE TEMÁTICA 4.2. Desenvolvimento rural	46
UNIDADE TEMÁTICA 4.3. Desenvolvimento económico	51
UNIDADE TEMÁTICA 4.4. Desenvolvimento Local	57
TEMA - 5: AS REFORMAS AGRÁRIAS NOS DIFERENTES PERÍODOS E O SEU IMPACTO.	62
UNIDADE TEMÁTICA 5.1. Reformas agrárias em Moçambique	62

Visão geral

Bemvindo à Disciplina/Módulo de Sociologia Rural

O campo da Sociologia Rural é uma área de saber que permite a compreensão das abordagens sociológicas no contexto rural, bem como as suas nuances no processo de intervenção para o desenvolvimento rural, fazendo uma interface entre o rural e urbano e as manifestações dos actores sociais destes contextos.

Objectivos do Módulo

Ao terminar o estudo deste módulo de Sociologia Rural, deverá ser capaz de: compreender as principais abordagens teóricas sobre o rural no âmbito da Sociologia Rural e analisar criticamente a realidade Moçambicana que emerge o espaço rural.



Objectivos Específicos

- Proporcionar aos graduados a capacidade de relacionar os conceitos da Sociologia Rural para uma melhor compreensão da realidade do contexto rural Moçambicano em perspectiva histórica;
- Proporcionar aos graduados um conjunto de ferramentas que os permite analisar as desigualdades (pobreza, exclusão social) e diferenças de género na esfera de produção e tomada de decisão.
- Desenvolver nos graduados um raciocínio crítico em torno das estratégias e políticas de desenvolvimento agrário olhando a agricultura familiar em meio ao cenário contemporâneo.

Quem deveria estudar este módulo

Este Módulo foi concebido para estudantes do 1º ano do curso de Desenvolvimento Agrário do ISCED e outros como Agronegócio. Poderá ocorrer, contudo, que haja leitores que queiram se actualizar e consolidar seus conhecimentos nessa disciplina, esses serão bem-vindos, não sendo necessário para tal se inscrever. Mas poderá adquirir o manual.

Como está estruturado este módulo

Este módulo de Sociologia Rural, para estudantes do 1º ano do curso de licenciatura em Desenvolvimento Rural, à semelhança dos restantes do ISCED, está estruturado como se segue:

Páginas introdutórias

- Um índice completo.
- Uma **visão geral detalhada** dos conteúdos do módulo, resumindo os aspectos-chave que você precisa conhecer para melhor estudar. Recomendamos vivamente que leia esta secção com atenção antes de começar o seu estudo, como componente de habilidades de estudos.

Conteúdo desta Disciplina / módulo

Este módulo está estruturado em temas. Cada tema, por sua vez comporta certo número de unidades temáticas ou simplesmente unidades. Cada unidade temática se caracteriza por conter uma introdução, objectivos, conteúdos.

No final de cada unidade temática ou do próprio tema, são incorporados antes o sumário, exercícios de auto-avaliação, só depois é que aparecem os exercícios de avaliação.

Os exercícios de avaliação têm as seguintes características: puros exercícios teóricos/práticos, problemas não resolvidos e actividades práticas, incluindo estudo de caso.

Outros recursos

A equipa dos académicos e pedagogos do ISCED, pensando em si, num cantinho, recôndito deste nosso vasto Moçambique e cheio de dúvidas e limitações no seu processo de aprendizagem, apresenta uma lista de recursos didácticos adicionais ao seu módulo para você explorar. Para tal o ISCED disponibiliza na biblioteca do seu centro de recursos mais material de estudos relacionado com o seu curso como: Livros e/ou módulos, CD, CD-ROOM, DVD. Para além deste material físico ou electrónico disponível na biblioteca, pode ter acesso a Plataforma digital moodle para alargar mais ainda as possibilidades dos seus estudos.

Auto-avaliação e Tarefas de avaliação

Tarefas de **auto-avaliação** para este módulo encontram-se no final de cada unidade temática e de cada tema. As tarefas dos exercícios de auto-avaliação apresentam duas características: primeiro apresentam exercícios resolvidos com detalhes. Segundo, exercícios que mostram apenas respostas.

Tarefas de **avaliação** devem ser semelhantes às de auto-avaliação mas sem mostrar os passos e devem obedecer o grau crescente de dificuldades do processo de aprendizagem, umas a seguir a outras. Parte das tarefas de avaliação será objecto dos trabalhos de campo a serem entregues aos tutores/docentes para efeitos de correcção e subsequentemente nota. Também constará do exame do fim do módulo. Pelo que, caro estudante, fazer todos os exercícios de avaliação é uma grande vantagem.

Comentários e sugestões

Use este espaço para dar sugestões valiosas, sobre determinados aspectos, quer de natureza científica, quer de natureza didáctico-Pedagógica, etc, sobre como deveriam ser ou estar apresentadas. Pode ser que graças as suas observações que, em gozo de confiança, classificamo-las de úteis, o próximo módulo venha a ser melhorado.

Ícones de actividade

Ao longo deste manual irá encontrar uma série de ícones nas margens das folhas. Estes ícones servem para identificar diferentes partes do processo de aprendizagem. Podem indicar uma parcela específica de texto, uma nova actividade ou tarefa, uma mudança de actividade, etc.

Habilidades de estudo

O principal **objectivo** deste campo é o de ensinar aprender a aprender. Aprender aprende-se.

Durante a formação e desenvolvimento de competências, para facilitar a aprendizagem e alcançar melhores resultados, implicará empenho, dedicação e disciplina no estudo. Isto é, os bons resultados apenas se conseguem com estratégias eficientes e eficazes. Por isso é importante saber **como, onde e quando** estudar. Apresentamos algumas sugestões com as quais esperamos que caro estudante possa rentabilizar o tempo dedicado aos estudos, procedendo como se segue:

1º praticar a leitura. Aprender a Distância exige alto domínio de leitura.

2º fazer leitura diagonal aos conteúdos (leitura corrida).

3º voltar a fazer leitura, desta vez para a compreensão e assimilação crítica dos conteúdos (ESTUDAR).

4º fazer seminário (debate em grupos), para comprovar se a sua aprendizagem confere ou não com a dos colegas e com o padrão.

5º fazer TC (Trabalho de Campo), algumas actividades práticas ou as de estudo de caso se existirem.

IMPORTANTE: em observância ao triângulo **modo-espaço-tempo**, respectivamente **como, onde e quando...** estudar, como foi referido no início deste item, antes de organizar os seus momentos de estudo reflecta sobre o ambiente de estudo que seria ideal para si: Estudo melhor em casa/biblioteca/café/outro lugar? Estudo melhor à noite/de manhã/de tarde/fins-de-semana/ao longo da semana? Estudo melhor com música/num sítio sossegado/num sítio barulhento!? Preciso de intervalo em cada 30 minutos, em cada hora, etc.

É impossível estudar numa noite tudo o que devia ter sido estudado durante um determinado período de tempo; deve estudar cada ponto da matéria em profundidade e passar só ao seguinte quando achar que já domina bem o anterior.

Privilegia-se saber bem (com profundidade) o pouco que puder ler e estudar, que saber tudo superficialmente! Mas a melhor opção é juntar o útil ao agradável: saber com profundidade todos conteúdos de cada tema, no módulo.

Dica importante: não recomendamos estudar seguidamente por tempo superior a uma hora. Estudar por tempo de uma hora intercalado por 10 (dez) a 15 (quinze) minutos de descanso (chama-se descanso à mudança de actividades). Ou seja, que durante o intervalo não se continuar a tratar dos mesmos assuntos das actividades obrigatórias.

Uma longa exposição aos estudos ou ao trabalho intelectual obrigatório pode conduzir ao efeito contrário: baixar o rendimento da aprendizagem. Por que o estudante acumula um elevado volume de trabalho, em termos de estudos, em pouco tempo, criando interferência entre os conhecimentos, perde sequência lógica, por fim ao perceber que estuda tanto, mas não aprende, cai em insegurança, depressão e desespero, por se achar injustamente incapaz!

Não estude na última da hora; quando se trate de fazer alguma avaliação. Aprenda a ser estudante de facto (aquele que estuda sistematicamente), não estudar apenas para responder a questões de alguma avaliação, mas sim estude para a vida, sobre tudo, estude pensando na sua utilidade como futuro profissional, na área em que está a se formar.

Organize na sua agenda um horário onde define a que horas e que matérias deve estudar durante a semana; Face ao tempo livre que resta, deve decidir como o utilizar produtivamente, decidindo quanto tempo será dedicado ao estudo e a outras actividades.

É importante identificar as ideias principais de um texto, pois será uma necessidade para o estudo das diversas matérias que

compõem o curso: A colocação de notas nas margens pode ajudar a estruturar a matéria de modo que seja mais fácil identificar as partes que está a estudar e Pode escrever conclusões, exemplos, vantagens, definições, datas, nomes, pode também utilizar a margem para colocar comentários seus relacionados com o que está a ler; a melhor altura para sublinhar é imediatamente a seguir à compreensão do texto e não depois de uma primeira leitura; Utilizar o dicionário sempre que surja um conceito cujo significado não conhece ou não lhe é familiar;

Precisa de apoio?

Caro estudante temos a certeza que por uma ou por outra razão, o material de estudos impresso, lhe pode suscitar algumas dúvidas como falta de clareza, alguns erros de concordância, prováveis erros ortográficos, falta de clareza, fraca visibilidade, página trocada ou invertidas, etc). Nestes casos, contacte os serviços de atendimento e apoio ao estudante do seu Centro de Recursos (CR), via telefone, sms, E-mail, se tiver tempo, escreva mesmo uma carta participando a preocupação.

Uma das atribuições dos Gestores dos CR e seus assistentes (Pedagógico e Administrativo), é a de monitorar e garantir a sua aprendizagem com qualidade e sucesso. Dai a relevância da comunicação no Ensino a Distância (EAD), onde o recurso as TIC se tornam incontornável: entre estudantes, estudante - Tutor, estudante - CR, etc.

As sessões presenciais são um momento em que você caro estudante, tem a oportunidade de interagir fisicamente com staff do seu CR, com tutores ou com parte da equipa central do ISCED indigitada para acompanhar as suas sessões presenciais. Neste período pode apresentar dúvidas, tratar assuntos de natureza pedagógica e/ou administrativa.

O estudo em grupo, que está estimado para ocupar cerca de 30% do tempo de estudos a distância, é muita importância, na medida em que lhe permite situar, em termos do grau de aprendizagem com relação aos outros colegas. Desta maneira ficará a saber se precisa de apoio ou precisa de apoiar aos colegas. Desenvolver hábito de debater assuntos relacionados com os conteúdos programáticos, constantes nos diferentes temas e unidade temática, no módulo.

Tarefas (avaliação e auto-avaliação)

O estudante deve realizar todas as tarefas (exercícios, actividades e auto-avaliação), contudo nem todas deverão ser entregues, mas é importante que sejam realizadas. As tarefas devem ser entregues duas semanas antes das sessões presenciais seguintes.

Para cada tarefa serão estabelecidos prazos de entrega, e o não cumprimento dos prazos de entrega, implica a não classificação do estudante. Tenha sempre presente que a nota dos trabalhos de

campo conta e é decisiva para ser admitido ao exame final da disciplina/módulo.

Os trabalhos devem ser entregues ao Centro de Recursos (CR) e os mesmos devem ser dirigidos ao tutor/docente.

Podem ser utilizadas diferentes fontes e materiais de pesquisa, contudo os mesmos devem ser devidamente referenciados, respeitando os direitos do autor.

O plágio¹ é uma violação do direito intelectual do(s) autor(es). Uma transcrição à letra de mais de 8 (oito) palavras do texto de um autor, sem o citar é considerado plágio. A honestidade, humildade científica e o respeito pelos direitos autorais devem caracterizar a realização dos trabalhos e seu autor (estudante do ISCED).

Avaliação

Muitos perguntam: como é possível avaliar estudantes à distância, estando eles fisicamente separados e muito distantes do docente/tutor! Nós dissemos: sim é muito possível, talvez seja uma avaliação mais fiável e consistente.

Você será avaliado durante os estudos à distância que contam com um mínimo de 90% do total de tempo que precisa de estudar os conteúdos do seu módulo. Quando o tempo de contacto presencial conta com um máximo de 10%) do total de tempo do módulo. A avaliação do estudante consta detalhada do regulamentado de avaliação.

Os trabalhos de campo por si realizados, durante estudos e aprendizagem no campo, pesam 25% e servem para a nota de frequência para ir aos exames.

Os exames são realizados no final da cadeira disciplina ou modulo e decorrem durante as sessões presenciais. Os exames pesam no mínimo 75%, o que adicionado aos 25% da média de frequência, determinam a nota final com a qual o estudante conclui a cadeira.

A nota de 10 (dez) valores é a nota mínima de conclusão da cadeira.

Nesta cadeira o estudante deverá realizar pelo menos 2 (dois) trabalhos e 1 (um) (exame).

Algumas actividades práticas, relatórios e reflexões serão utilizados como ferramentas de avaliação formativa.

Durante a realização das avaliações, os estudantes devem ter em consideração a apresentação, a coerência textual, o grau de cientificidade, a forma de conclusão dos assuntos, as recomendações, a identificação das referências bibliográficas utilizadas, o respeito pelos direitos do autor, entre outros.

Os objectivos e critérios de avaliação constam do Regulamento de Avaliação.

¹ Plágio - copiar ou assinar parcial ou totalmente uma obra literária, propriedade intelectual de outras pessoas, sem prévia autorização.

TEMA - I: SOCIOLOGIA E DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO RURAL

UNIDADE Temática 1.1. Introdução - da génese ao conceito da Sociologia e Sociologia Rural.

UNIDADE Temática 1.2. A formação e o desenvolvimento da Sociedade Rural Moçambicana.

UNIDADE Temática 1.3. As relações de trabalho e o modelo comportamental dos pequenos produtores nas zonas rurais

UNIDADE TEMÁTICA 1.1. Introdução, da génese ao conceito da sociologia e sociologia rural.

Introdução

A Sociologia é uma ciência que desde seu início, em meados do século XIX, procurou explicar as estruturas e os processos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade moderna. Trata-se de uma ciência que surgiu por influência do positivismo de Augusto Comte, no apogeu da revolução industrial e no decurso da consolidação do Estado Liberal Burguês. Este facto permite-nos compreender que ela não está aquém das contradições que caracterizam a moderna sociedade capitalista das contradições que caracterizam a moderna sociedade capitalista. Pelo fato de vivermos em uma sociedade altamente complexa em sua forma de organização, em seus diferentes níveis de funcionamento.

A Sociologia é a ciência que estuda o comportamento humano, os meios de comunicação e os processos que interligam o indivíduo em associações, grupos e instituições. Estuda os fenômenos que ocorrem quando vários indivíduos se encontram em grupos de tamanhos diversos, e interagem no seu interior.

O objectivo deste tema é de analisar a relação existente entre a Sociologia e a demografia da população rural. Entendo aqui que a Sociologia é a ciência que estuda o comportamento humano, os meios de comunicação e os processos que interligam o indivíduo em associações, grupos e instituições. Estuda os fenômenos que ocorrem quando vários indivíduos se encontram em grupos de tamanhos diversos, e interagem no seu interior. Como também buscando aprofundar a análise existente entre a Sociologia Rural e as dinâmicas demográficas da população no contexto Moçambicano.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



**Objectivos
específicos**

- Compreender o conceito e os campos de análise e intervenção da sociologia rural;
- Operacionalizar as variáveis sociológicas num contexto de intervenção para desenvolvimento rural.

A Sociologia Rural, nasceu de um momento de crise, com a preocupação de ter como problema sociológico fenômenos sociais (facto social) do campo e, mais precisamente, problemas sociais, como: êxodo rural, mudanças nas relações de trabalho, e a disseminação de uma cultura citadina, urbana.

Para Ferreira (2014), o carácter dessas mudanças é indiscutível, e está no bojo dos acontecimentos que fundamentaram o recrudescimento do processo capitalista de produção. Entre uma produção propriamente teórica com a preocupação de apenas produzir e acumular conhecimento, e uma outra, pautada por um engajamento, enquanto pesquisa aplicada para ações efetivas, é possível afirmar ter prevalecido esta última na gênese da Sociologia Rural.

Se, enquanto ciência, a Sociologia Rural surgiu em um momento de mudança com as transformações ocorridas no campo, isso significa que sua gênese está na imbricação desses dois universos, do rural e do urbano. No entanto, mais do que uma dicotomia entre rural e urbano, o que existiria seria um “contínuo”, uma escala gradativa, haja vista as diferenças apontadas entre tais categorias (rural e urbano) não serem válidas permanentemente, podendo mudar de uma sociedade para outra. Em outras palavras, aquelas “diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano”, apontadas por outros autores como, não dariam conta de explicar possíveis faixas transitórias, uma vez que estas não apresentariam na totalidade nem características exclusivamente rurais, nem exclusivamente urbanas. Seria preciso considerar o grau de desenvolvimento dos centros urbanos para pensar o rural, o qual poderá ser mais ou menos urbanizado.

Se a Sociologia Rural teria nascido de um momento de crise do campo diante do processo de urbanização das cidades e da modernização dos meios de produção, o recrudescimento desse processo estaria condenando-a a uma situação de incapacidade extrema enquanto ciência social, haja vista o paulatino “desaparecimento” de seu objeto de estudo: o próprio meio rural, o próprio campo. Em outras palavras, o processo (de urbanização, modernização) que criou condições para sua existência, agora estaria sufocando-a pela transformação considerável que o campo sofrera.

Portanto, Aldo Solari (1979), afirma que a transformação do campo é um processo dinâmico em Moçambique e no mundo doravante das transformações socio económicas, políticas e expansão das cidades. Em Moçambique esse processo demográfico é visível com o êxodo rural principalmente dos jovens, mas também com as políticas do governo de criação das zonas económicas especiais e zonas económicas integradas, que veem com a finalidade de dar autonomia económica, mas também incentivos para o desenvolvimento sócio económico destes territórios ou contextos, criando assim uma nova dinâmica da demografia da população rural.

A demografia moçambicana de acordo com o INE (2019), apresenta um universo populacional de 30.000 (trinta milhões) de habitantes, com uma superfície de área de 799.380Km², com uma densidade populacional de 36,1 habitantes por Km², sendo que um total de 70% da população reside nas zonas rurais, facto que faz com que Moçambique continue a enfatizar as políticas de desenvolvimento olhando para a agricultura como a base de desenvolvimento e actualmente incorporando a piscicultura como um meio de diversificação das fontes de renda das famílias rurais moçambicanas, impulsionados pelos

diversos projectos e programas de desenvolvimento, exemplo de Programa Sustenta, PROAGRI – I-II, dentre outros.

No entanto, segundo importantes referências no estudo da Sociologia Rural, talvez o aparente paradoxo apontado quanto aos efeitos da sobreposição do urbano pelo rural não se sustente. Por ser facto a passagem do rural para o urbano, por outro lado tem-se a invasão do campo pela cidade, chamada por Aldo Solari (1979), de urbanização do meio rural. A intensidade de tais fenômenos levaria a uma crise estrutural da sociedade e ao recrudescimento da Sociologia Rural, por surgirem novos problemas que não estariam descolados da ruralidade por se tratarem de consequências da modernização no seu sentido urbano, uma vez que o lócus de sua operação seria o próprio campo.

Dessa forma, essa situação de constante aproximação entre o urbano e o rural não significaria, necessariamente, a extinção do campo e, conseqüentemente, da Sociologia que dele trata. Ao contrário, apenas reforçaria ainda mais o carácter da importância do diálogo entre “rural e urbano” que aqui já se afirmou. Mais do que isso, o que não se pode perder de vista é o facto de que dentro desse “contínuo” existente numa escala em que numa extremidade ter-se-ia o rural e na outra o urbano, dois factos são evidentes: em primeiro lugar, tanto um extremo como o outro seriam tipos ideais – categorias puras – que não se encontrariam na realidade; em segundo lugar, dada a diferença da intensidade com que os processos de modernização acontecem nas mais diversas áreas rurais do globo, essa escala permitiria uma infinidade de classificações.

Isto posto, fica claro que tal diálogo seria sempre presente, embora variando em grau, em intensidade, mas nunca permitindo a sobreposição total de um (seja do rural, seja, do urbano) sobre o outro com a gama de novos fenômenos sociais ou nova roupagem dos que já se faziam presentes outrora. Além disso, dado o nível de complexidade do sistema capitalista de produção que pressupõe uma relação centro periferia entre os países, na qual a produção agrícola, a agropecuária e a exploração da terra, de maneira geral, geram insumos para os mais diversos ramos industriais, a proximidade rural urbano se torna ainda mais patente. Assim, conceitos, categorias e uma terminologia que deem conta dessas novas realidades se fazem necessários. As mudanças econômicas, políticas e sociais vividas pelo campo conduziram a uma preocupação directa com a recolocação da finalidade da terra e da actividade do homem.

Por alturas da independência existia uma pequena comunidade chinesa de cerca de 4 000 pessoas, concentrada em Maputo e na Beira, dedicando-se sobretudo ao pequeno comércio. Os negros constituíam cerca de 98% da população. Os mestiços seriam cerca de 0,5% do total.

Para exemplificar, surge dessa forma a preocupação com a questão da multifuncionalidade e pluriatividade. Tais conceitos são exemplos das transformações do aparato metodológico da Sociologia Rural para lidar com a realidade do campo. A multifuncionalidade estaria associada ao sentido da criação de meios (pelo poder público) para o desenvolvimento e promoção da terra, do território. Não se trataria do desenvolvimento sectorial, isto é, do produtor rural ou do agricultor familiar, mas de um conceito que engloba as questões de planificação para garantir o desenvolvimento local como políticas

públicas, no sentido da segurança alimentar, do tecido social, do patrimônio ambiental, entre outras imprescindíveis ao desenvolvimento territorial.

Quanto à pluriactividade, esta estaria remetida ao novo comportamento da população rural (vivendo no campo) diante das transformações sociais ocorridas, o qual teria agregado outras funções que não apenas a de agricultor. Do turismo rural à produção de produtos alimentícios, característicos do campo, em grande escala (comumente por meio de cooperativas e pequenas empresas familiares), estariam as novas funções do indivíduo pluriactivo do campo. Dessa forma, nas palavras de Aldo Solari (1979), o homem do campo vai se convertendo cada vez mais em um empresário, manejando uma organização de caráter econômico, através da qual deve obter um rendimento. Assim, tais conceitos e categorias seriam, na verdade, resultado do esforço da Sociologia Rural diante desses novos desafios. A criação de mecanismos de classificação e leitura desses espaços é de extrema importância para a formulação de políticas públicas em todas as esferas (municipal, distrital e nacional).

Embora a Sociologia tenha seu campo de estudo predeterminado—a saber, os fenômenos sociais erigidos da vida no campo/contexto rural, talvez seja possível afirmar que ela não poderia prescindir dos elementos constitutivos dos fenômenos estritamente urbanos, mas, ao contrário, deveria travar um diálogo com estes, haja vista que o que aqui se chamou de sobreposição nada mais é do que este diálogo propriamente dito entre o rural e o urbano. Se há uma ruralidade na cidade, há também uma urbanidade no campo. Mesmo diante da complexidade das análises sociais em tempos de constantes mudanças, cabe à Sociologia se adequar do ponto de vista metodológico e epistemológico. Mais do que a preocupação com sua extinção enquanto que o contexto rural esta se transformando, o que não significa que ele está acabando. Da mesma forma, isso vale para a Sociologia Rural. Nos assuntos sobre Sociologia Rural destacam-se o agronegócio na área da economia, da agricultura local e do impacto das grandes empresas de produção de alimentos nas comunidades rurais.

Sumário

Nesta **Unidade** temática 1.1 estudamos e discutimos fundamentalmente o surgimento da sociologia como ciência e os campos que esse novo saber científico pode intervir na compreensão das realidades rurais e as dinâmicas socioeconômicas destes contextos rurais. Foi possível compreender que a sociologia rural enquanto ramos da sociologia procura explicar os fenômenos ou factos sociais nos contextos rurais e com a crescente transformação dos espaços rurais (na dicotomia rural e urbano) este campo de saber torna-se relevante.

Exercícios de Auto-avaliação

1. Qual é o contributo da sociologia na compreensão da realidade rural?
2. Que influencia as transformações do rural ao urbano podem acarretar no processo de desenvolvimento rural?
3. Maior parte da população moçambicana é meramente rural, que aspectos devem ser considerados pela sociologia na análise dos contextos rurais?
4. A transformação do campo é um processo dinâmico em Moçambique doravante das transformações socio económicas, políticas e expansão das cidades. Qual é o contributo da sociologia na explicação deste fenómeno?

Exercícios de Avaliação

1. Defina a Sociologia Rural?
2. Indique o objecto de estudo da sociologia rural?
3. Como a sociologia rural explica a dicotomia entre rural e o urbano?
4. Quais são as características do rural moçambicano?
5. O homem do campo vai se convertendo cada vez mais em um empresário, manejando uma organização de carácter económico, através da qual deve obter um rendimento. Comente a afirmação.
6. A intensidade dos fenómenos leva a uma crise estrutural da sociedade e ao recrudescimento da Sociologia Rural. Comente a afirmação.

UNIDADE TEMÁTICA 1.2. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural moçambicana

Introdução

Moçambique é um país que vive um regime económico neoliberal e que adoptou o sistema de gradualismo nas políticas de governação e desenvolvimento. Maior parte da população moçambicana vive nas zonas rurais em que a actividade principal é a agricultura. De acordo com os dados estatísticos do INE 2017, cerca de 66,6% da população total moçambicana reside nas zonas rurais e apenas 33,4% reside nas zonas urbanas. A configuração da sociedade rural moçambicana, assim como do conjunto da estrutura económica e social existente no período da independência, resulta fundamentalmente da combinação de elementos das sociedades locais e da colonização, sendo necessário buscar conhecer com profundidade como essas sociedades e sua influencia colonial constituindo estas um reflexo do estado de desenvolvimento das sociedades no contexto local

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Compreender como é constituída a demografia moçambicana;
- Identificar as principais variáveis demográficas de Moçambique.

Moçambique é um país de composição racial quase completamente negra, 99% da população total de acordo com o censo de 2007. O restante 1% dividia-se entre mestiços com 0,45%, brancos e indianos com 0,08% cada, outras raças com 0,03% e 0,4% cuja raça era desconhecida. O país é multiétnico, e os principais grupos, medidos pela língua materna, são o Emakhuwa com 25,3%, Xichangana com 10,3%, Cisena com 7,5%, Elomwe com 7%, Echuwabo com 5,1% e 30,1% outras línguas maternas moçambicanas. De notar que o português era a língua materna de 10,7% da população. Antes da independência (1975), a população total passou de 7 milhões, em 1960, para 9 milhões de habitantes em 1970. Em 1960, a população branca era de 97 268 pessoas. Em 1975 viviam em Moçambique cerca de 200 000 os portugueses, na sua maioria ligados funcionalismo público, empresas portuguesas e internacionais, mas também à agricultura e pequeno comércio. A comunidade indiana, em 1975, ligada ao comércio calcula-se que fossem entre 20 000 e 30 000 habitantes.

A demografia moçambicana é marcada pela relação estreita com a população rural, tanto por sua influência, política, cultural, histórica colonial e economia. Desde o período colonial a demografia rural moçambicana foi marcada pelo estabelecimento de companhias de produção a título de exemplo são as de: Marromeu, Sena, Zambézia, Madal, Borrer, dentre outras, que se dedicavam a prática de agricultura de produtos específicos para a exportação através da classe feudal Portuguesa. Pode-se notar que mesmo depois da independência o mesmo facto observação pela forma como foram mantidas as companhias, como também pela introdução de aldeias comunais que funcionam como pontos de agregação cultural impulsionados pela junção num território específico de diferentes tribos (macuas, muânis, macondes, masenas, etc),

mas tendo agricultura como base de sustento e de reafirmação social e política.

De acordo com Mosca (1996), o sector agrário no período pré-independência possuía dois grandes sectores de produção: o sector camponês, moçambicano e o sector capitalista, constituído maioritariamente por agricultores estrangeiros. Estes sectores possuíam uma estreita funcionalidade entre si e as suas lógicas reprodutivas foram-se adaptando com o desenvolvimento do conjunto da economia, provocando especialmente o aumento da integração da economia camponesa no mercado e o desenvolvimento do capital agrário. Esta funcionalidade concretizava-se nas relações que se estabeleciam entre as diferentes formas de produção, principalmente as seguintes: o assalariamento temporário ou a emigração de um membro da família e os respectivos rendimentos do trabalho; a aquisição de insumos no mercado (sementes melhoradas, adubos, etc); e, a troca entre os excedentes da produção com bens de consumo e instrumentos de trabalho de origem industrial. Estes aspectos tornaram-se em elementos fundamentais dos mecanismos de reprodução da economia camponesa em todo o território.

Mosca (1996), ainda esquematiza que os sectores camponeses ou rurais possuíam os seguintes rasgos fundamentais, nomeadamente:

- pequena dimensão, geralmente com explorações que dificilmente ultrapassavam os 3 hectares e disperso. Por razões diversas, a “empresa familiar” possuía, regra geral, mais que uma parcela;
- A produção alimentar constituía a base dos sistemas produtivos. A complementaridade dos rendimentos, sobretudo devido à necessidade de moeda e da sua crescente integração no mercado, era geralmente proveniente das culturas de rendimento, do trabalho assalariado e de outras actividades no contexto da distribuição social do trabalho no seio da família enquanto unidade económica e social;
- A tecnologia era (e é) baseada na força de trabalho da família, sendo o sistema da “ajuda mútua” praticado nas operações culturais com maior necessidade de trabalho. O nível de consumo de insumos adquiridos no mercado era muito variável segundo as regiões. A utilização de tracção animal realizava-se nas zonas onde existia gado bovino, fundamentalmente no Sul de Moçambique (devido à existência de “mosca do sono” no Centro e Norte do país);
- Os rendimentos eram maioritariamente gastos nos meios para a reprodução da economia familiar e no incremento do consumo com o objectivo de melhorar as condições de vida. Os investimentos eram geralmente realizados na habitação e em bens de reserva de valor e de prestígio social.

Segundo Wuyts (1981), a agricultura moçambicana possuía características regionais onde os aspectos dominantes eram “campesinato produtor de mercadorias”.

Por outro lado, Mosca (1996), destes alguns macro elementos que caracterizavam a estrutura económica das sociedades rurais nos princípios dos anos 70, nomeadamente os seguintes:

- O escasso desenvolvimento capitalista e a debilidade em infraestruturas como consequência da colonização tardia e da pequena capacidade da economia portuguesa;
- A dupla subordinação e dependência: a colonial e a regional.
- A relativa integração da economia e das sociedades locais na economia capitalista e no mercado e a permanência de muitas das suas características e valores “tradicionalistas”;
- A existência de uma economia e de uma sociedade onde o principal elemento diferenciador era a posição relativa ao regime colonial. Este dualismo económico e social possuía uma crescente funcionalidade no contexto da lógica de reprodução do colonialismo;
- Baixos rendimentos familiares e pequena acessibilidade aos serviços públicos concentrados nos centros urbanos; - baixo desenvolvimento cultural (em termos de formação formal) da maioria da população.

Durante o período colonial Mosca (1996), refere que a integração das economias locais na “economia moderna” foi realizada de acordo com as necessidades desta o que dependia fundamentalmente de variáveis exógenas. A introdução das culturas de exportação, o aumento do consumo citadino de produtos não tradicionais nos sistemas de produção agrícola, as culturas obrigatórias, o assalariamento forçado ou imposto pela criação da necessidade de dinheiro, entre outros aspectos, alteraram parcialmente as economias locais no quadro de uma funcionalidade em proveito do sector “moderno” da economia.

Porque o desenvolvimento capitalista e colonial foi tardio e débil, muitas das características e das lógicas da sociedade e da economia “tradicional” permanecem nos mecanismos de reprodução das mesmas. O sistema colonial possuía uma lógica reprodutiva onde o sector agrícola e o meio rural assumiam um importante papel. Numa primeira fase, a baixa produtividade dos camponeses permitia a prática de salários e de preços baixos dos alimentos, condição importante para manter o custo de vida nas cidades e para garantir o equilíbrio dos orçamentos públicos que tinham que suportar uma pesada máquina administrativa. Deste modo e até aos fins da década dos 50, a reprodução da economia colonial pressupunha a manutenção do subdesenvolvimento das economias locais e a sua integração no mercado era realizada em função das necessidades da “economia moderna” e foi realizada através de intervenções coercivas (assalariamento forçado, culturas obrigatórias, etc).

O desenvolvimento e as transformações do modelo colonial eram realizados salvaguardando sempre a centralidade do padrão de acumulação nos “sectores modernos” da economia, cujos agentes económicos eram quase totalmente formados por colonos portugueses. Este pressuposto assumiu em cada fase objectivos distintos: enquanto que na primeira se pretendia maximizar a transferência de recursos para a metrópole, na fase final começava a existir um dilema entre o objectivo anterior com a necessidade de criar uma burguesia dominante branca com raízes locais e a promoção de uma burguesia negra que constituiriam os suportes de um novo modelo de colonização.

Sumário

Nesta Unidade temática 1.2 estudamos e discutimos fundamentalmente formação e o desenvolvimento da sociedade rural moçambicana indicadores de análise aonde foi possível perceber que a actual estrutura agrária moçambicana, nas suas várias vertentes, foi configurada com o processo de colonização. Os diferentes sistemas e regimes políticos e os modelos económicos aplicados, antes e depois da independência, tinham em relação à agricultura os mesmos objectivos fundamentais

Exercícios de Auto - avaliação

1. Como eram caracterizadas as estruturas económicas das sociedades rurais nos princípios dos anos 70?
2. Quais eram as características fundamentais dos camponeses rurais?
3. De que forma eram caracterizados o sector agrário moçambicano no período pré-independência quanto as logicas produtivas.

Exercícios de avaliação

1. Como é a caracterizada a demografia de Moçambique?
2. Quais são as principais actividades económicas e produtivas nas zonas rurais em Moçambique?
3. Caracterize a estrutura da economia moçambicana na década de 70?
4. Indique e descreva o sector agrário no período pré-independência?

UNIDADE TEMÁTICA 1.3. As relações de trabalho e o modelo comportamental dos pequenos produtores nas zonas rurais

Introdução

As transformações do sistema produtivo e a interligação dos mercados num ritmo mais acelerado que o da internacionalização, inerente ao capitalismo, têm uma manifestação territorial clara. Desta forma, os modelos comportamentais dos pequenos produtores criam uma lógica interna que traduz em organização social de trabalho característico a este contexto local que vai se traduzindo em busca de alternativas. Por outro lado, as grandes mudanças nas políticas macroeconómicas depois da independência não foram suficientes para criar transformações profundas e estruturais fundamentais no sector agrícola, principalmente a praticada pelos pequenos produtores.

A processo de ocupação e exploração da terra manteve-se semelhante, a estrutura dos mercados persiste, outra sim, os meios tecnológicos continuam com alterações insignificantes. As principais transformações verificaram-se na mudança da propriedade do “sector moderno”: as empresas foram formadas a partir da ocupação das terras pelos colonos, posteriormente transformaram-se em propriedade estatal e, a partir dos princípios dos 90, está em curso um processo de privatização, fazendo com que surjam as primeiras companhias de produção meramente moçambicanas e abrindo espaços para o investimento de capitais estrangeiros e modernização da agricultura e fomento de culturais atrativas para a exportação.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Compreender os pressupostos legais e as dinâmicas dos processos produtivos no contexto rural (agricultura).
- Compreender os modelos comportamentais dos produtores moçambicanos.

De acordo com a Lei de Terras nº 19/97 De 1 de Outubro em Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo povo moçambicano. Por esse intermédio a produção agropecuária é fundamental para e na economia moçambicana, o acesso a ela é condição indispensável para a produção agrícola.

O período pós-independência foi marcado pelo estabelecimento de aldeias comunais, que muitos entendem e defendem como uma política de controlo e consolidação do poder por parte do estado. De acordo com Mosca (1996), o governo lançou a campanha das aldeias comunais e das explorações colectivas que pretendiam constituir o embrião do sector cooperativo agrícola e da vida comunitária. processo, a componente habitacional e de construção progrediu mais rapidamente que o da formação das cooperativas. As explorações colectivas, por razões diversas, tiveram resultados muito reduzidos e a formação das cooperativas através deste método teve poucos êxitos. A mudança dos locais de habitação introduziu alterações importantes nas lógicas dos sistemas de produção das famílias. As árvores de fruto plantadas a pequena distância dos locais de residência deixaram de ter a assistência

necessária o que provocou uma redução da produção e comercialização de determinados produtos (alguns dos quais de grande importância para a economia nacional, como por exemplo o caju e a copra), e afectou o rendimento das famílias. A concentração habitacional aumentou a intensidade de utilização dos solos em redor das aldeias e intensificou o corte das matas o que, juntamente com outros factores, produziu impactos ambientais negativos importantes. Em muitos casos, os solos eram redor das aldeias não eram bons, o que contribuiu para a redução do volume de produção e de comercialização de alguns produtos. Não menos importante, a organização do habitat disperso com base nas famílias foi substituída pelas aldeias o que criou mudanças de costumes e hábitos sociais e culturais.

As campanhas de alfabetização, a criação de escolas e de postos de saúde, a abertura de fontes de água, o abastecimento dirigido para as aldeias, entre outras acções do governo, contribuíram para o crescimento do movimento das aldeias comunais durante os primeiros anos. Depois de 3-4 anos, mais de 40% da população rural residia em aldeias, o que revela a massificação e rapidez deste processo. Enquanto que os recursos e os programas dos sectores produtivos eram afectados e definidos pelo plano, a construção das aldeias e os serviços sociais eram programados e executados de forma descentralizada. Esta descentralização facilitou a participação das comunidades na organização ao nível da base. Segundo Mosca (1993), esta dualidade de métodos (plano produtivo centralizado e serviços descentralizados), pode ser interpretado de diferentes formas:

- Que o objectivo principal do governo era a estatização da economia onde deveriam estar concentrados os recursos e que os objectivos de menor importância ficariam sob a responsabilidade dos órgãos locais. Os serviços foram secundarizados na afectação de recursos, recorrendo-se à “iniciativa local” e ao princípio de “contar com as próprias forças” como alternativa para melhorar os serviços. Na realidade, os investimentos de âmbito local representaram em 1978 e 1979 apenas 0,3% do total dos investimentos públicos do mesmo período;
- Que os dilemas entre a descentralização e a centralização, e entre o autoritarismo e a participação popular, foram sempre elementos do debate interno da FRELIMO iniciados durante a luta de libertação e que assumiram em cada momento diferentes formas de aplicação.

Mosca (1996), defende que os pressupostos acima são alguns dos exemplos que revelam como alguns elementos que representam concepções diferenciadas de organização das sociedades podem coexistir. O caso das aldeias comunais e dos serviços por um lado e dos sectores produtivos por outro lado, revelam que o centralismo e a descentralização existiam simultaneamente em Moçambique. O dirigismo imposto pelo plano coexistia com a iniciativa local. O autoritarismo na definição das metas de produção pelo plano existia paralelamente com a discussão e a programação dos serviços ao nível dos órgãos locais do poder.

Para Negrão (1995) citado por Fonseca (2017) cita as transformações do sistema produtivo e a interligação dos mercados num ritmo mais acelerado que o da internacionalização, inerente ao capitalismo, têm uma manifestação

territorial clara. Desta forma, os modelos comportamentais dos pequenos produtores criam uma lógica interna que traduz em organização social de trabalho característico a este contexto local que vai se traduzindo em busca de alternativas para promoção do desenvolvimento local. Assim sendo, para compreender os modelos comportamentais dos pequenos produtores é importante perceber as suas próprias características. Negrão (1995), defende que a primeira característica a reter é que as funções de produção e de consumo são interdependentes nos processos de tomada de decisão sobre a adjudicação de recursos, ou seja, não é possível aplicarem-se modelos económicos que considerem a firma como unidade produtiva e o lar como unidade de consumo. A segunda característica a salientar é que a função de distribuição também se coloca ao nível dos pequenos produtores. A distribuição dos factores de produção de acordo com o rendimento e a sua acumulação em bens ou obrigações é essencial para as relações sociais e económicas entre os pequenos produtores.

Portanto, Fonseca (2017), como a agricultura é indispensável, torna-se vital para os pequenos produtores o acesso a terra. Quer como detentora de uma ou mais machambas, como arrendatária ou como senhor de terras os pequenos produtores desenvolvem uma relação com a terra que não está alheia factores externos sobre os quais não tem controlo. Esta relação está dependente do sistema de uso da terra que estabelece as normas de acesso, posse, transmissão e alienação. Embora os sistemas de usos da terra tivessem preservado o acesso, houve uma ameaça quase permanente à sobrevivência e à reprodução social, que forçou que a minimização dos riscos se tornasse mais importante que a maximização dos lucros desta unidade produtiva. Dois elementos resultam do confronto entre os pequenos produtores e as pressões externas, a garantia de ter o indispensável resultado agrícola e a divisão do uso do tempo de trabalho dos membros em actividades agrícolas e extra-agrícolas. Assim, os pequenos produtores são aqueles, cuja segurança última reside nos direitos do uso da força de trabalho dos seus membros (Saul & Woods, 1971).

Sendo assim, de acordo com Saul & Woods (1971) citados por Negrão (1995), é possível assim caracterizar uma função de produção agregada: i. Pode ser mensurada através do tempo de trabalho empregue para a obtenção dos correspondentes rendimentos; ii. Primeiramente ela assegurar a produção dos rendimentos agrícolas considerados indispensáveis; e, iii. Como qualquer outra função de produção que lida com o mercado, procura maximizar os lucros dentro das restrições e dos limites impostos por factores que lhes são exógenos. Os pequenos produtores são também uma unidade de consumo, ela consome não somente a sua própria produção, mas também o que é comprado, trocado ou recebido a crédito. O consumo tem por objectivo a satisfação das necessidades dos produtores, que são o que é diariamente gasto pelos membros, na reprodução social e no cumprimento das suas obrigações sociais, como sejam o pagamento de impostos, os compromissos das alianças entre linhagens e festividades. Obviamente que as mesmas pressões exógenas que afectam enquanto unidade de produção também estão presentes enquanto unidade de consumo.

Referências Bibliográficas

Fonseca, P. (2017). Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local: um estudo de caso de pequenos produtores do distrito de Boane no ano de 2016. Tese de Mestrado.

Marcuzzo, J. L & Ramos, M. P. (s/d). A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro

Negrão, J. (1995). Modelo do Comportamento Económico da Família Rural Moçambicana. Instituto de Investigação para o Desenvolvimento – Cruzeiro Sul. Coleção Estudos.

Lei de Terras de Moçambique acessado em:

www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf

Sousa, A. (2014). Sociologia Rural. Manual para Técnicos de Agricultura. Instituto Formação: Cursos Técnicos Profissionalizantes. Brasil.

WUYTS, Marc (1980): Economia política do colonialismo em Moçambique. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

WUYTS, Marc (1981): Camponeses e Economia em Moçambique. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

MOSCA, João (1993): Los Efectos de los Programas de Ajuste Estructural: El caso de la economía y de la sociedad rural de Mozambique. Tese de doutoramento. Universidade de Córdoba, Espanha. Córdoba

Sumário

Nesta **Unidade** temática 1.3 estudamos e discutimos fundamentalmente o pressuposto legal sobre o uso e aproveitamento da terra e as dinâmicas comportamentais dos produtores no contexto rural, fazendo uma analogia em torno de outros pressupostos de pensar em agir sobre o rural olhando a agricultura como elemento catalisador deste processo.

Exercícios de Auto – avaliação

1. Como eram caracterizadas as aldeias comunais moçambicanas?
2. Porque o acesso a terra é vital para que os produtores de auto afirmem como unidades económicas rurais?
3. Indique os factores que contribuíram para o estabelecimento de aldeias comunais em Moçambique?
4. Que implicações a mudança dos locais de habitação acarretou nas logicas dos sistemas de produção das famílias que viviam nas aldeias comunais?

Exercícios de Avaliação

1. Como são caracterizados os modelos comportamentais dos pequenos produtores no contexto moçambicano descritos por Negrão?
2. Que implicações essas formas de comportamento podem trazer no processo de desenvolvimento rural?
3. Quais foram os pressupostos para a criação das aldeias comunais?
4. Como as comunidades rurais participavam do processo de organização de base das actividades económicas no contexto rural?
5. Um dos grandes marcos do processo de transformação (criação das aldeias comunais) foi relativo as mudanças dos locais de habitação introduzindo alterações importantes nas lógicas dos sistemas de produção das famílias? Comente!

TEMA - 2: POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E GÉNERO.

Unidade Temática 2.1. Conceitos de Pobreza, exclusão social

Unidade Temática 2.2. Género

UNIDADE TEMÁTICA 2.1. Conceitos de Pobreza e exclusão social

Introdução

Os estudos clássicos sobre a pobreza centram-se na observação do agregado familiar. As metodologias baseadas no conceito de rendimento equivalente partem do pressuposto que os rendimentos da família são igualmente repartidos por todos os seus membros, hipótese controversa e que não corresponde necessariamente à realidade. Estes estudos exploram exaustivamente o conceito de pobreza de cariz monetário, ou seja, resultante da escassez de recursos monetários, negligenciando outras áreas, de carácter material e imaterial ou mesmo de cariz subjetivo que, conjuntamente com o rendimento, traduzem o carácter multidimensional do fenómeno da pobreza.

Existem várias abordagens utilizadas para analisar e medir pobreza, das quais as mais usadas são as que medem pobreza com base nas despesas de consumo. No entanto, a pobreza é um fenómeno multidimensional, que envolve outras dimensões para além do consumo as quais são fundamentais para o bem-estar familiar e individual. Portanto, para além de uma análise da pobreza de consumo, nesta avaliação incluímos também uma análise da pobreza multidimensional. um fenómeno multidimensional como a pobreza exige um conjunto de indicadores diverso, que, idealmente, deve evidenciar todas as dimensões relevantes, e como consequência a pobreza multidimensional baseia-se em dimensões alternativas e complementares ao consumo, tais como saúde, educação, habitação, posse de bens duráveis, liberdade, entre outras. No entanto, apesar de a pobreza ser multifacetada, apenas um número limitado de dimensões é medido na prática e, para além do mais, as medidas existentes podem ser inadequadas.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Descrever os determinantes da pobreza e sua implicação social nos contextos rurais.
- Descrever e caracterizar as principais abordagens para o estudo da pobreza.

Só nos finais da década de 70 é que os trabalhos pioneiros de Peter Townsend vieram introduzir uma nova vertente nos estudos sobre a pobreza – a privação – a partir da análise directa das condições de vida dos indivíduos. Esta nova metodologia realçou a pluridimensionalidade do fenómeno da pobreza e da exclusão social.

A globalização das economias, as mutações registadas no mercado de trabalho, os fluxos migratórios e as alterações na composição e papel da família tornaram mais complexa a problemática da pobreza, quer através do surgimento de novas manifestações do fenómeno como do seu agravamento, em certos contextos. A pobreza e a exclusão social constituem problemas marcantes da sociedade contemporânea, presentes em todas as regiões do globo, este fenómeno ou facto agrava-se sobremaneira quando se tratar de

peças do sexo feminino. O número de peças que vivem em situação de forte precariedade, que estão fora dos circuitos de produção e de consumo, que se encontram impossibilitadas de participar na vida econômica, política, social e cultural é significativo.

A generalidade dos estudos realizados sobre a problemática da pobreza analisa as especificidades do problema à luz de critérios geográficos, decorrentes do contexto econômico-social, e em termos de idade. Porém, são escassas as análises compreensivas do fenômeno que integrem uma perspectiva de gênero. O estudo da pobreza, no seu entendimento mais alargado, e em qualquer das concepções que têm constituído referência para a sua quantificação e aprofundamento teórico, envolve sempre, para cada elemento da população, a comparação entre o seu nível de bem-estar e o bem-estar individual minimamente aceitável na sociedade, segundo a norma existente nessa sociedade.

Daqui decorre imediatamente a necessidade de se definir uma linha de pobreza – e, dessa forma, identificar uma população pobre – seja qual for o quadro metodológico por que se venha a optar, cada um deles é influenciado por uma determinada concepção de pobreza. Este enunciado mais lato encerra também a visão de que o estado de pobreza, como reflexo da escassez de recursos para satisfazer necessidades mínimas, evidencia uma situação de desvantagem social do indivíduo face à norma.

Os diferentes conceitos de pobreza condicionam muitos dos aspectos metodológicos de base no problema da medição da pobreza, como seja a natureza da linha de pobreza proposta como referência para a identificação da população pobre ou o próprio conteúdo econômico de caracterização do fenômeno na formulação dos indicadores e medidas utilizadas. Portanto, um debate se abre na virtude sobre a conceptualização destes termos visto que não se apresentam como tarefa fácil em virtude das variadas definições existentes em torno dessas temáticas. Faz-se necessário, então, compreender que esses conceitos não podem mais ser considerados de forma independente, pois possuem imbricações recíprocas.

Uma das formas de analisar as dinâmicas da pobreza é no contexto dos padrões de acumulação, isto é, como (em que sectores e espaços) se gera a riqueza, quais as lógicas de reprodução dos sistemas produtivos e de distribuição e como se reparte a riqueza criada no seio dos habitantes de um determinado território ou país.

Na aceção mais imediata e generalizada, pobreza significa falta de renda ou pouca/escassa renda. Uma definição mais criteriosa vai definir pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades.

Nesse enfoque, as necessidades humanas aparecem limitadas às necessidades da sobrevivência física: comer, vestir-se, desconsiderando sobremaneira o social. Esse é ainda hoje o enfoque que prevalece na definição da pobreza absoluta ou da indigência: um padrão de vida aquém do que é exigido para assegurar a mera subsistência ou sobrevivência.

Por outro lado, de acordo com Pereirinha et all (2008), as principais abordagens do conceito de pobreza assentam em três dicotomias clássicas nomeadamente:

- i. A abordagem directa *versus* indirecta, intimamente associada à distinção efectuada por Atkinson entre um entendimento da pobreza em termos de condições de vida (*standards of living*) ou em termos do direito a um nível mínimo de recursos (*minimum right to resources*). A primeira é de natureza multivariada e procura aferir o grau de privação (material e imaterial) dos indivíduos face às suas necessidades seleccionando, para isso, um conjunto de variáveis relacionadas com os níveis de consumo de bens e serviços ou com o nível de participação em determinadas actividades relevantes para a vida em sociedade. A segunda, de natureza unidimensional, assenta na escolha de uma variável de recursos – normalmente o rendimento disponível, o consumo ou a despesa total – por forma a avaliar, por via indirecta, a capacidade de os agregados, e os indivíduos que os compõem, fazerem face às suas necessidades, dado o nível médio de condições de vida prevalecente na sociedade.
- ii. A abordagem absoluta *versus* relativa. A concepção absolutista da pobreza radica no problema da satisfação das mais elementares necessidades humanas num dado contexto histórico e de acordo com os respectivos enquadramentos culturais das sociedades. Como Sen sugeriu, “a pobreza é um conceito absoluto no espaço das capacidades dos indivíduos e relativo no espaço dos bens e das suas características” (Sen, 1983) apud Pereirinha et all (2008). Não são as características específicas dos bens, em si mesmas, que estabelecem um critério objectivo suficiente para a aferição de situações de pobreza, mas sim a falta de capacidade dos indivíduos para obter os bens e serviços necessários a formas de “funcionamento”, que traduzem a expressão do exercício das capacidades, adequado à vida em sociedade. A visão relativista da pobreza tem por referência os padrões de vida médios das diferentes sociedades, num dado momento. Assim, como Townsend sintetiza: “indivíduos, famílias ou grupos da população podem dizer-se em situação de pobreza quando lhes faltam os recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem”.
- iii. Por fim, a objectiva *versus* subjectiva. A abordagem subjectiva assenta na capacidade de avaliação do bem-estar social alcançado pelos indivíduos, sobre uma opinião dos indivíduos a respeito do seu grau de privação relativamente à situação considerada razoavelmente desejável em termos de bem-estar. A abordagem objectiva baseia-se na selecção de um conjunto de critérios de escolha de variáveis que sejam objectivamente mensuráveis e não dependam da opinião, da percepção subjectiva dos indivíduos.

Os conceitos de pobreza e exclusão social segundo Lourenço (2005) citado por Pereirinha et al (2008), têm suscitado um debate crescente, não só entre os cientistas sociais como também entre os políticos e os técnicos de intervenção nesses domínios, Efetivamente, o nosso objetivo não é esmiuçar toda a produção teórica em torno desses dois conceitos (Pobreza e Exclusão Social), mas apenas estabelecer um quadro conceptual razoavelmente estável para suportar a análise subsequente em torno dos mesmos.

A evolução terminológica e conceptual do conceito de pobreza tem uma história de séculos, acompanhando o quadro das mudanças económicas, sociais e políticas, em diferentes culturas e épocas. Deste modo, é passível de ser realçado que a história mais recente, a história contemporânea. Para Vasconcelos (2011) citado por Pereirinha et al (2008), frisa que “o conceito da pobreza tem a sua origem na análise anglo-saxónica, nos finais do século XIX e início do século XX, designadamente no Reino Unido, onde foi mais trabalhado, preocupando-se sobretudo com os aspetos distributivos, enquanto a noção de exclusão, mais recente, data de 1960, está mais associada à tradição francesa, que se interessou mais pelos aspectos relacionais. Na década de 1980, o debate e a reflexão sobre a conceptualização destes dois conceitos tomaram uma dimensão europeia, com o aparecimento da palavra exclusão social em documentos oficiais da União Europeia.

É necessário consciencializar do efeito da pobreza nas necessidades vitais. “A pobreza é associada à falta ou escassez de rendimentos, numa ótica em que do nível de rendimentos auferido dependem todas as condições de vida, nomeadamente as condições de habitação, saúde, educação, alimentação e acesso aos demais domínios da vida social”.

A pobreza corrompe o sentido de vivência em sociedade. Bruno da Costa (1998) citado por Pereirinha et al (2008), considera que “o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder. Daí que o combate à pobreza implique, além do mais, a devolução do poder ao pobre. Poder em todas as suas formas: poder política, económico, social, cultural, de influência, de pressão social, etc”. Na tentativa da definição do conceito de pobreza o Conselho Europeu (1990) acabou por introduzir o conceito de exclusão ao afirmar que “entende-se por pessoas pobres, os indivíduos, as famílias e os grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão débeis que estão excluídas dos níveis de vida mínimos aceitáveis no Estado-membro em que vivem”.

Apesar do crescimento económico significativo que se tem assistido nos últimos séculos, não se verifica a redução automática da pobreza. Lourenço (2005) refere que “diversos estudos e obras científicas, entretanto publicadas, dão conta de um mal-estar crescente, associado à constatação de que os problemas de pobreza e exclusão social se têm agravado nas últimas décadas, não só com a persistência e agravamento de formas tradicionais, como também com novas manifestações e modalidades, para além do alargamento das desigualdades entre os países, entre as classes sociais e entre os indivíduos”. Relativamente ao conceito de exclusão social, que segundo diversos autores teria nascido com o livro de René Lenoir “Les exclus” de 1974, começou a ter expressão na União Europeia, no contexto de implementação do primeiro Programa de Ação Social em 1974.

Autores conceituados nessa matéria, como Bruno da Costa (1998) citado por Pereirinha et all (2008), levantam questões pertinentes que nos ajudam a reflectir. Frisa o autor “a noção de “exclusão” que suscita desde logo, a pergunta: excluído de quê, ou seja, implica a existência de um contexto de referência, do qual se é ou se está, excluído. A qualificação de “social” permite interpretá-la como estando relacionada com a sociedade. Neste entendimento, a exclusão tem a ver com a cidadania. Assim, a exclusão social é um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo que permite, alternativamente, falar de exclusões sociais ou de diversos tipos de exclusão: económica, social, cultural, de origem patológica, por comportamentos autodestrutivos”.

O conceito de exclusão vem sendo alvo de grandes debates e sua empregabilidade em estudos científicos e técnicos tem proporcionado a elaboração de quadros bastante valiosos de realidades díspares, sobretudo, porque permite a comparabilidade/diferenciação entre o que é ser/estar incluído socialmente e o que é ser/estar excluído identificando os percursos, as condições históricas e as consequências desse processo.

Por conseguinte, o conceito de exclusão tem-se mostrado uma importante ferramenta que possibilita abrir caminhos e indicar formas de intervenção na direção de uma sociedade possivelmente mais equitativa e, portanto, muito mais justa. Considerando seus limites e possibilidades explicativas, contudo, o conceito de Exclusão Social, a partir da análise de alguns processos sociais excludentes, também se confronta com processos articulados às formas de “inclusão precária” do atual sistema econômico que se traduzem, entre outros aspectos, na destituição de padrões de vida dignos - por vezes, nem sequer atingidos considerando a realidade brasileira - para àqueles grupos sociais menos favorecidos diante das esferas política e econômica e que, em grande medida, vinculam-se às formas de precarização do mundo do trabalho.

Capucha (2005) citado por Pereirinha et all (2008), considera que «uma característica comum em todas as tentativas de delimitação da noção de exclusão social, é a relevância atribuída a duas diferentes conotações de exclusão social, uma, de origem francesa, centrada na natureza dos laços sociais que conferem coesão à sociedade, e a outra assente nos direitos de participação em diferentes esferas da vida social como direitos de cidadania. A primeira entende que estar em situação de exclusão social é ser “um não membro” da sociedade, é estar fora do sistema, resultante de sucessivas rupturas dos laços sociais com as instituições correntes da sociedade, de onde emerge a deterioração das identidades, a desorganização das relações sociais e, por último, o isolamento completo, ou seja, encara a exclusão como rutura dos laços sociais». Ainda Capucha (2005) frisa que “com o conceito de exclusão social não se pretende, como fez Lenoir, sublinhar a existência de situações individuais ou de grupo sofrendo de marginalização, mas a existência de processos associados a transformações profundas nos sistemas de emprego e de integração social, cada vez mais visíveis, que põem em risco a coesão social e os próprios fundamentos da sociedade”.

Entre pobreza e exclusão social há uma relação simbiótica. A pobreza é definida como uma situação de privação, carência, de não satisfação de necessidades humanas básicas, resultante de falta de recursos. Uma pessoa que não dispõe de recursos para fazer face às suas necessidades humanas

básicas revela uma relação fraca ou um estado de rutura com os diversos sistemas sociais. No entanto, conforme frisa Vasconcelos (2011) citado por Pereirinha et al (2008), “quanto mais profunda for a privação, tanto maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo o estado de exclusão social”.

A condição do pobre é caracterizado pela exclusão, ou seja, “a pobreza representa uma forma de exclusão social, isto é, não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido, pois existem formas de exclusão social que não implicam pobreza. O exercício pleno de cidadania implica, assim, o acesso ao conjunto dos sistemas sociais básicos que constituem a sociedade. Para finalizar, e seguindo de perto Borba e Lima (2011) podemos sintetizar dizendo que “a pobreza está relacionada com os juízos de valores sobre os padrões de vida e as normas sociais numa perspectiva espaço-temporal. Apesar de a variável financeira ser um instrumento significativo para a pobreza, não é a única que a caracteriza. Assim, a pobreza deve ser abordada como uma privação das capacidades social, económica, cultural e política”.

Referências Bibliográficas

Pereirinha et al (2008), *Género e Pobreza: Impactos e determinantes da pobreza no feminino*. Coleção estudos de género. Comissão para cidadania e estudos de género. Lisboa

Sumário

Nesta **Unidade** temática 2.1 estudamos e discutimos fundamentalmente os conceitos da pobreza, exclusão social e as suas respectivas determinantes de análise. Vimos também as principais abordagens existentes aplicadas nos estudos sobre a pobreza.

Exercícios de Auto-avaliação

1. Quais as características comuns tentativas de delimitação da noção de exclusão social?
2. A pobreza corrompe o sentido de vivência em sociedade. Comente a afirmação.
3. Por que é que o conceito de exclusão vem sendo alvo de grandes debates sobre a sua empregabilidade em estudos científicos e técnicos?
4. Por que é que se afirma que o conceito de exclusão tem-se mostrado uma importante ferramenta que possibilita abrir caminhos e indicar formas de intervenção na direção de uma sociedade possivelmente mais equitativa e, portanto, muito mais justa?
5. Quais são as diferentes noções de concepção do conceito pobreza?

Exercícios de avaliação

1. Defina a pobreza e pobreza absoluta?
2. Indique as abordagens ou dicotomias teóricas de análise da pobreza?
3. Como a pobreza pode ser um factor determinante do processo de exclusão social?
4. Descreva a relação simbiótica entre a pobreza e a exclusão social?
5. A pobreza é concebida como a privação das capacidades. Comente a afirmação.

UNIDADE TEMÁTICA 2.2. Género

Introdução

O debate sobre género (masculino e feminino) é recente nas ciências sociais, mas é sabido que sua emergência, sobretudo, na geografia nos permite teorizar sobre a manifestação da exclusão/segregação social urbana. Uma vez que, analisando a identificação de agentes sociais que participam desta dinâmica, podemos considerar aspectos que se situam mais precisamente na dimensão do drama social e do seu cotidiano vivido. Os estudos que utilizam o conceito de género como categoria de análise, desde os anos de 1980, estão contribuindo muito para se entender as relações entre os homens e as mulheres, para além dos sexos macho e fêmea em que estávamos, e de certa forma ainda estamos acostumados a perceber dentro dos vários sectores da sociedade (económico, religioso, político e familiar).

O conceito género refere-se aos papéis socialmente construídos, comportamentos, actividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres. As relações de género variam e mudam numa mesma sociedade de acordo com outras categorias sociais, tais como raça, classe, idade, orientação sexual, etnia e religião. Estes factores não agem de forma independente e criam um sistema que reflecte o "cruzamento" de múltiplas formas de discriminação. As discussões sobre as relações de género não abrangem apenas a análise da distribuição de recursos e poder entre homens e mulheres, mas também a análise sobre as desigualdades entre as outras categorias sociais.

Existem em Moçambique factores socioculturais que continuam a discriminar e excluir as mulheres e raparigas da vida social, política e económica. Na maioria dos casos, as mulheres e raparigas encontram-se numa situação de desvantagem em relação aos homens e rapazes. em Moçambique, a pobreza e a desigualdade ainda é um problema das mulheres.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Compreender os conceitos de género como categoria de análise;
- Analisar as relações de poder na análise de género.

Nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia contemporânea, observa-se que autores de diferentes matizes, efectivaram rupturas importantes, entre elas a desconstrução da tradicional dicotomia indivíduo x sociedade. Todas essas rupturas ocorreram ao mesmo tempo que novas teorias se construíam em um contexto que lhes foi propício e contíguo com os “novos movimentos sociais”. Os estudos de género emergem paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. É possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas.

De acordo com Scavone (2008), foi na Filosofia e na Literatura, em 1949, que o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Nesta obra, Beauvoir contesta todo determinismo biológico e argumenta que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de género, já que ela distingue o

componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar 'gênero'.

Os estudos que utilizam o conceito de gênero como categoria de análise, desde os anos de 1980, estão contribuindo muito para se entender as relações entre os homens e as mulheres, para além dos sexos macho e fêmea (SCOTT, 1995) apud Francisco & Diaz (s/d), em que estávamos, e de certa forma ainda estamos acostumados a perceber dentro dos vários sectores da sociedade (econômico, religioso, político e familiar). Foi a partir das teorias e lutas feministas dos anos de 1960 que o assunto das relações de desigualdade entre os homens e mulheres se expandiu pelo mundo, através de uma conscientização do problema no âmbito da sociedade.

De acordo com Francisco & Diaz (s/d), dá ênfase a necessidade e importância da definição de cada um desses conceitos já que, com frequência, eles erroneamente são usados como sinônimos. Sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres, ou seja, às características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. Gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser constituído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: "menina ou menino" e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, *media*, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar.

As relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania. A sexualidade na mulher tem sido relacionada com a reprodução, ou seja, para a mulher o centro da sexualidade é a reprodução e não o prazer. A sexualidade reduzida à genitalidade se apresenta para as mulheres como algo sujo, vergonhoso, proibido.

Os homens, ao contrário das mulheres, recebem mensagens e são preparados para viver o prazer da sexualidade através do seu corpo, já que socialmente o exercício da sexualidade no homem é sinal de masculinidade. De um modo geral podemos dizer que as mulheres desde que nascem são educadas para serem mães, para cuidar dos outros, para "dar prazer ao outro". A sua sexualidade é negada, reprimida e temida. Outro dos eixos onde se constrói e se concretiza a desigualdade entre homens e mulheres é a reprodução.

A mulher pode gerar um filho, e isto que em si é uma fonte de poder tem sido controlado e tem determinado outros papéis diminuindo as possibilidades e limitando a vida das mulheres em outros âmbitos, como por exemplo, no campo do trabalho. O terceiro eixo é a divisão sexual do trabalho. Pelo fato biológico que a mulher é quem engravida, tem sido atribuído a ela a

totalidade do trabalho reprodutivo. Às mulheres, portanto, se atribui o ficar em casa, cuidar dos filhos e realizar o trabalho doméstico, desvalorizado pela sociedade e que deixava as mulheres “donas de casas” limitadas ao mundo do lar; com menos possibilidade de educação, menos acesso à informação, menos acesso à formação profissional, etc.

A situação nos últimos tempos tem mudado e cada vez mais um número maior de mulheres está saindo do lar e estão ingressando no mercado de trabalho, no entanto, as desigualdades ainda permanecem. Diferentes estudos mostram que em geral as mulheres ganham menos que os homens em todos os campos, e que as mulheres têm menos possibilidades de obter um cargo diretivo. Por outro lado, isto tem significado que as mulheres, além da jornada de 8 horas de trabalho remunerado, têm um número variável de horas de trabalho em casa, o que aumenta nos finais de semana. Esse excesso de trabalho, soma do esforço realizado no âmbito público e privado é o que se chama: dupla jornada de trabalho.

Isto significa que todo o poder e independência que tem trazido para as mulheres a saída do lar, têm por outro lado significado um desgaste e impacto na sua saúde tanto física como mental, incluindo o sentimento de culpa por não conseguir realizar bem todas as tarefas de casa ou pelo “descuido” dos filhos.

Quando consideramos o discutido anteriormente sobre a construção dos papéis de gênero e suas implicações na construção das identidades masculina e feminina que determinam uma dinâmica de relação e de poder, sempre favoráveis ao homem, vemos que isso tem sérias implicações no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e da própria sexualidade por parte das mulheres com graves consequências para o exercício pleno da cidadania, onde esses direitos sexuais incluem o direito a ter controle e decidir livre e responsabilmente nos assuntos relacionados com a sua sexualidade, incluindo a saúde sexual reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência. A desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, trata-se de um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminada deliberadamente, ou não, por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja, etc.

Todavia, ao pensarmos em gênero vamos encontrar um sistema disciplinar, normativo que define as bases do papel da mulher e que tem determinado a sua posição na sociedade ao longo da história humana, à raiz de uma consequência biológica, a capacidade de gerar filhos. A partir disto, se estabelece um dos mais importantes mecanismos de controle e poder, o controle da reprodução, que não podendo ser desvinculada da mulher, determina “esse seu lugar social”. A reprodução se processa no corpo e, portanto, este será o território onde serão travadas as batalhas para seu controle.

Referências Bibliográficas

FRANCISCO, C. F & DIAZ, M. C (s/d) Relações de Gênero. Acessado em: http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf

Sumário

Nesta **Unidade** temática 2.2 estudamos e discutimos fundamentalmente a compreensão do género como categoria analítica, e distinção entre sexo e género. Apresentamos o contexto histórico do surgimento dos estudos de género na sociologia e a sua ligação com a ascensão dos movimentos feministas. Vimos também que género não é o mesmo que sexo ou órgão genital, pois o género está relacionado com papéis social e culturalmente definidos.

Exercícios de Auto – avaliação

1. Por que é que considerado o género como categoria de análise?
2. Indique e descreva os eixos de divisão sexual do trabalho?
3. As relações de género são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida. Comente a afirmação.
4. Comente a seguinte informação “a desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, trata-se de um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente”.

Exercícios de avaliação

1. Defina o conceito de género como unidade de análise?
2. Diferencie os conceitos de género e sexo?
3. Fale da importância da compreensão do género nas intervenções de desenvolvimento rural?
4. Que aspectos devem se ter em conta sobre inclusão de género no processo de desenvolvimento rural?
5. Caracterize as relações de trabalho na agricultura tendo em conta aspectos de género (relação entre homens e mulheres) no contexto moçambicano?
6. Caracterize a situação de género nos contextos de implementação de projectos e programas de desenvolvimento agrário?

TEMA - 3: MÉTODOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Unidade Temática 3.1. Questões metodológicas

UNIDADE TEMÁTICA 3.1. Questões metodológicas

Introdução

Os métodos de investigação científica visa proporcionar aos estudantes uma compreensão dos pressupostos de pesquisa possibilitando aos estudantes ampliar e melhorar o seu conhecimento com precisão e coerência, estabelecendo parâmetros necessários e exigidos cientificamente. Neste aspecto, ao iniciar os estudos acadêmicos os estudantes necessitam da disciplina conhecer com profundidade esta componente de produção de conhecimento obedecendo etapas necessárias neste processo.

As questões metodológicas são de extrema importância na medida em que aborda informações, ajuda a clarificar os caminhos, os instrumentos quanto aos procedimentos que devem ser adotados e seguidos (os caminhos) para executar um trabalho científico relevante e aceite. Assim sendo, num processo de investigação deve explicar-se e clarificar-se, detalhadamente os princípios metodológicos e métodos a utilizar. Nesta unidade buscar-se-á explicar e fundamentar sobre as opções metodológicas em intervenção social ou em contextos rurais.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Conhecer as questões metodológicas usadas em intervenção social;
- Descrever os diferentes métodos usados em investigação social.

O que são questões metodológicas

De acordo com Miranda (s/d), uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respectiva interpretação de dados. É uma ferramenta da máxima importância para o aumento do conhecimento e, deste modo, promover o progresso científico permitindo ao Homem um

relacionamento mais eficaz com o seu meio envolvente, atingindo os seus fins e resolvendo os seus conflitos. Como referem Ludke e André (1986) e Santos (1999, 2002) citados por Miranda (s/d) investigar é um esforço de elaborar conhecimento sobre aspectos da realidade na busca de soluções para os problemas expostos. Consideramos que, tal como Bell (1997), citado por Miranda (s/d), “uma investigação é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos sendo, portanto, um processo que tem por objectivo enriquecer o conhecimento já existente”.

Natureza do Objecto de Investigação

Numa investigação, existem características específicas, próprias dos fenómenos em que se pretendem estudar, com uma multiplicidade de fins e objectivos que lhes estão associados (Santos 1999, 2002). As dinâmicas sociais são de extrema complexidade e interação, e contemplando aspectos importantes, tais como crenças, valores, significados que não sendo directamente observáveis são, por isso, difíceis de investigar.

Validade da Investigação

Na maioria das situações, a validade da investigação não é simples de averiguar. De um modo geral, quanto mais directa for a forma de medir o fenómeno em causa mais válido será o método utilizado. Numa investigação qualitativa, problemas epistemológicos, tais como o do carácter científico da própria pesquisa e o que se prende com a relação subjetividade/objetividade, são postos em discussão. O facto de o investigador ser o instrumento principal e a fonte de dados ser o ambiente natural, coloca-nos perante a formação de uma realidade que é fruto da nossa realização. Estando o sujeito profundamente implicado no processo de produção de conhecimento, torna-se imperioso reconhecer a subjetividade inerente a esse processo como parte integrante da objetivação, aprofundá-la e reflectir sobre ela.

Na perspectiva de Guba (1981) e Guba e Lincoln (1988) citados por Miranda (s/d), todo o processo de pesquisa precisa de apresentar um valor próprio (truth value), aplicabilidade (applicability), consistência (consistency) e neutralidade (neutrality) de forma a ter valor científico. Assim, o rigor procurado, usando um paradigma quantitativo, é conseguido usando critérios de validade interna e externa, fiabilidade e objetividade, num paradigma

qualitativo procura-se a confiabilidade (trustworthiness) usando como critérios a credibilidade (credibility, ou seja a capacidade dos participantes confirmarem os dados), a transferibilidade (transferability, ou seja, a capacidade de os resultados do estudo serem aplicados noutros contextos), a consistência (dependability, ou seja, a capacidade de investigadores externos seguirem o mesmo método usado pelo investigador) e a aplicabilidade ou confirmabilidade (confirmability, ou seja, a capacidade de outros investigadores confirmarem as construções do investigador).

Uma das formas de assegurar a validade interna é através do recurso à triangulação dos dados. A triangulação também nos permite avaliar a fiabilidade duma investigação. A triangulação consiste em combinar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa para que possamos obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenómeno a analisar.

Segundo Ludke e André (1986) citados por Miranda (s/d), a observação é um dos instrumentos básicos para a recolha de dados na investigação qualitativa. Na verdade, é uma técnica de recolha de dados, utilizando os sentidos, de forma a obter informação de determinados aspectos da realidade. Obriga o investigador a um contacto mais directo com a realidade, ajudando-o a identificar e a obter provas a respeito de objectivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento. Quer a observação seja estruturada ou não, o seu papel consiste em observar e registar da forma mais objectiva possível e depois interpretar os dados recolhidos. Como vantagens para esta técnica, podemos referir o facto de a observação permitir chegar mais perto da “perspectiva dos sujeitos” e a experiência directa ser melhor para verificar as ocorrências, ou ainda o permitir a evidência de dados que não seriam possíveis de obter nas respostas a questionários (Lakatos & Marconi, 1990) citados por Miranda (s/d).

Para obter informações e colectar dados que não seriam possíveis apenas através da observação e da análise documental, pode realizar-se uma entrevista. Para Haguette (1997) citado por Miranda (s/d), define entrevista como “um processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista como colecta de dados sobre um

determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela, os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, colectar dados objectivos e subjetivos. Se os dados objectivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como questionários, testes, etc., os dados subjetivos só podem ser obtidos através da entrevista, pois que, estes se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

De acordo com Miranda (s/d), a preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da investigação que requer tempo e exige alguns cuidados, destacando-se entre eles: o planeamento da entrevista, que deve ter em vista o objectivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o investigador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo das suas confidências e da sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

No que diz respeito à formulação das questões o investigador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrarias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a sequência do pensamento do entrevistado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta directa, mas sim fazer com que o entrevistado lembre parte da sua vida, podendo o investigador ir suscitando a memória do entrevistado.

Uma entrevista estruturada é elaborada a mediante um questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e onde se mantém uma preocupação em não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças deverão reflectir diferenças entre os respondentes e não a diferença nas perguntas.

Algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do investigador para que o respondente responda às questões. Além disso, o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo, obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla, se for esse o objectivo da investigação. A técnica de entrevistas abertas é a mais adequada a finalidades exploratórias, sendo bastante utilizada para o afinar de questões e para uma formulação mais precisa dos conceitos relacionados. De acordo com Minayo (1993) citado por Miranda (s/d), para a sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e ao entrevistado é dada a liberdade de discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As questões são respondidas dentro de uma conversação informal. A postura do entrevistador deve ser a de ouvinte, intervindo apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista. A entrevista aberta é utilizada quando se pretende obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo o ponto de vista do entrevistado, e ainda para obter mais e melhores detalhes sobre o assunto em questão.

Numa entrevista semiestruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades com ele. Em oposição aos questionários, que têm um índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas mais abrangente, uma vez que é mais fácil as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos, que responder por escrito. As técnicas de entrevista aberta e semiestruturada apresentam também como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos.

Referências bibliográficas

Miranda, R. J. (s/d). *Metodologia*. Edição Revista

CIECHOWICZ, Marlene Perkoski. CIECHOWICZ, Franciele Cristina. (2019). ***A importância da disciplina metodologia da pesquisa no curso de pedagogia: um estudo de caso***. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 09, Vol. 04, pp. 05-25. Setembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/importancia-da-disciplina>

Sumário

Nesta **Unidade** temática 3.1 estudamos e discutimos fundamentalmente o lugar da metodologia na investigação social e em contextos rurais. Os procedimentos/métodos são acções necessárias na pesquisa, através dele se obtém os métodos e a obtenção do resultado desejado. É o procedimento mais amplo de raciocínio, e as técnicas são os procedimentos mais restritos que operacionalizam o método, aplicando-se adequadamente instrumentos adequados. O método científico é, pois, uma ferramenta da investigação, sendo que o resultado depende dos seus pesquisadores. Analisamos os aspectos que dão validade a metodologia e ao conhecimento elaborado com base na escolha metodológica que fizemos.

Exercícios de Auto – avaliação

1. No seu entender o que é uma entrevista?
2. Quais são as vantagens do uso da entrevista como instrumento de colecta de dados em investigação científica?
3. Qual é o papel do entrevistador no processo de colecta de dados?
4. Que cuidados deve ter o entrevistador no processo de colocação das questões?
5. Qual é a importância da preparação das entrevistas?

Exercícios de avaliação

1. O que é uma investigação científica?
2. Caracterize uma entrevista?
3. Em que momento usamos a técnica de entrevista aberta?
4. Indique e descreva as vantagens de uso do questionário como um instrumento de colecta de dados?
5. Em que consiste a técnica de entrevista semiestruturada?
6. Fale da importância do uso da triangulação de dados enquanto um elemento crucial de pesquisa?
7. Uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respectiva interpretação de dados. Comenta a afirmação.
8. Quais são as vantagens de uso de observação no processo de entrevistas?
9. Indique e descreva em que consiste cada uma das etapas de produção de conhecimento e validação do conhecimento científico?

TEMA - 4: CULTURA RURAL COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO

Unidade Temática 4.1. Evolução histórica do conceito de cultura, elementos culturais e suas relações

Unidade Temática 4.2. Desenvolvimento Rural

Unidade Temática 4.3 Desenvolvimento Económico

Unidade Temática 4.4. Desenvolvimento Local

UNIDADE TEMÁTICA 4.1. Evolução histórica do conceito de cultura, elementos culturais e suas relações

Introdução

A cultura constitui uma referência básica para o entendimento do social e do político, definindo a matriz e o suporte da identidade, da tradição e da memória de qualquer povo e de qualquer sociedade. Assim sendo, a realidade social pode ser muito bem estruturada em dispositivos que se apresentam em campos cujo o seio se manifesta as interações e os fenómenos tanto individuais como colectivos. Podendo essa manifestação estruturação ser manifesta em diversos níveis. Na sua base, situa-se a cultura que, não sendo uma realidade em si mesma, configura a realidade, tomando-a social, através de um conjunto complexo de factores, tais como as diversas aprendizagens respeitantes à maneira de ser social dos indivíduos e dos grupos, numa sociedade determinada. Em sentido sociológico, podemos dizer que a cultura é tudo aquilo que os homens criaram ao longo do tempo e em todos os domínios, numa dada sociedade. É, portanto, todo um conjunto de elementos de ordem material e mental, algo que, através da sociedade, se recebe do passado, sofrendo naturais alterações, quer por abandono de certos elementos, quer por absorção de elementos novos.

As mudanças sociais que veem ocorrendo nas últimas décadas têm contribuindo para um despertar relativamente as conexões a cultura e o desenvolvimento, evidenciando que esse caminho tem muito em comum. A desilusão crescente perante um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico tem sobre maneira contribuindo para novas abordagens, para novas concepções de desenvolvimento mais centradas na dimensão social, ambiental e cultural dos indivíduos.

Essas perspectivas de análise colocam em causa a essência humana, na qualidade de vida e na preservação do património atribuído a cada território a capacidade de serem os actores locais agentes activos do processo de desenvolvimento, uma vez que os laços de proximidade, parentesco e identidade facilitam a mobilização social para a mudança.

Os actores sociais movidos pela melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar no espirito ou sentido de participação activa e movidos pela responsabilidade social organizam-se em associações, cujos os interesses partilhados se consubstanciam em interesses comuns, fazendo com que essa forma de organização social uma força motriz para a mudança. Os grupos sociais e/ou associações são neste sentido, um meio privilegiado para criar sinergias e responder de forma efectiva e eficaz as necessidades dos seus territórios, criando desse modo um outro mecanismo de pensar em agir sobre o desenvolvimento.

A associação dos seres humanos acontece de varias formas e segue diferentes princípios, contudo existe sempre uma interacção entre os indivíduos que adquire uma consistência própria tornando-se naquilo que os peritos designam de sistema social. A associação de

indivíduos entendida como comunidade não representa um simples aglomerado de pessoas. No conceito de comunidade existe uma teia específica de relações que dão forma e dinâmica ao grupo.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Compreender as mudanças sociais como produto das dinâmicas culturais nos contextos rurais.
- Compreender os determinantes de análise do conceito cultura e as suas dinâmicas.

O manual *Cultural Theory – The Key Concepts* (2008), refere-se a cultura, como sendo um conceito de difícil definição. O conceito mais comumente difundido é aquele que diz respeito aos estudos culturais, nomeadamente os conceitos que são abrangidos pela antropologia cultural. Ainda prevalece o debate em torno da análise do conceito cultura em várias perspectivas. Uma perspectiva de análise do homem enquanto ser individual, que encontra envolvido numa determinada cultura, onde é moldado e onde ao mesmo tempo cria e garante a continuidade da sua cultura. Uma perspectiva que analise a comunidade, a estrutura complexa que dá corpo à cultura do momento e que ao mesmo tempo pode ser abordada numa perspectiva evolutiva. E por fim, uma perspectiva que analise a cultura em termos de património, ou seja, o valor que é transmitido de pais para filhos, uma herança que é atributo de qualquer indivíduo ou sociedade. Sendo assim, podemos assumir, que a cultura não é sim, uma estrutura complexa com abrangência integrada e dinâmica.

Crespi (1997), citado por Lemos (2013), enfatiza que é importante notar que a uma viragem em relação ao termo cultura ganhando um outro significado no século XVIII, antes a cultura era vista e explicada como sendo a formação do espírito do passado agora para conjunto objectivo de representações, modelos comportamentais/modelos de comportamento, regras, valores, enquanto património comum construído no decorrer da história. Com esta nova concepção abrem-se novos espaços ou perspectivas o entendimento da dimensão cultural, onde a simples comparação com o modelo ocidental começa a descredibilizar-se, nascendo deste a consciência do realismo cultural. Onde cada cultura tem os seus traços próprios, sendo inviolável, a comparação e a avaliação por critérios que são estranhos a mesma cultura.

A partir do século XVII de acordo com Lemos (2013) acentua-se também a percepção de que muitos actos considerados naturais, eram na realidade resultado de uma tradição cultural ligada a acontecimentos históricos com características específicas. É neste século que uma nova filosofia emerge e assume um processo de secularização. Reconhece-se o que o simbolismo é parte integrante da cultura e não um mero acontecimento natural. Os estudos passam a integrar a análise de fontes tais como as línguas antigas, as fábulas, as expressões, os rituais, as artes e outros vestígios que ficaram registados em documentos antigos e que agora merecem uma atenção especial.

Por outro lado, o positivismo caracteriza-se por um movimento experimental, a ideia que transparece neste movimento é a de que se há uma causa existe com certeza um efeito, estando o homem determinado a leis que condicionam o seu comportamento.

Do pouco que se apresenta deste vasto contexto histórico salienta-se, sobretudo o desenvolvimento de novas disciplinas, e etnologia, a sociologia, a psicologia e antropologia cultural que vieram contribuir de forma decisiva para o entendimento do complexo fenómeno que é a cultura, e sobretudo abrir os horizontes relativamente à grande influencia que esta exerce no comportamento humano individual e social.

De acordo com Reimão (1996), uma das características essenciais da cultura é o facto de ela ser um fenómeno social, isto é, de as maneiras de viver (sentir, agir e pensar) serem produzidas e adquiridas socialmente. Os elementos culturais são reconhecidos como constituintes da maneira de viver de um conjunto social, embora sem se excluírem variações individuais. Os elementos culturais têm sempre um contexto social. Daí que as culturas englobem as formas de vida social que possam ser isoladas de outras de igual natureza; quer isto dizer que a cultura é pertença de um dado grupo. Situa-se aqui o conceito de "área cultural"; esta é a área geográfica onde se encontram os mesmos traços culturais; é identificada como um círculo em cujo centro se encontram os grupos cujos traços culturais são os mais característicos dessa área.

Reimão (1996), defende que a noção de cultura não se aplica sô a uma sociedade global; existe também a cultura de uma classe social, de uma região; daí a utilização do termo "subcultura" para designar uma entidade parcial dentro de uma sociedade global ou a relação de uma cultura com outra mais vasta em que a primeira se insere. Uma outra característica da cultura consiste em ela agir como modelo, uma vez que as maneiras de pensar, de sentir e de agir estão mais ou menos estandardizadas, sendo esta formalização dos comportamentos mais- ou menos flexível. O modelo é referência imposta ao indivíduo, mas facilita-lhe a organização da sua própria forma de vida. Quer-se com isto dizer que, na sociedade, não existem comportamentos isolados; as normas, as atitudes, as acções e os juízos são particularmente iguais aos dos outros. Os modelos culturais podem ser característicos de uma sociedade global ou de uma categoria dentro dela e constituem, de qualquer modo, um conjunto explícito de condutas.

Podem ser mais ou menos formalizados; são muito formalizados num código, numa cerimônia, num protocolo; são-no menos, e em vários graus, nas artes, em certos sectores das regras de boa educação, etc. Cada cultura admite variações individuais e quanto menos formalizadas forem as maneiras de agir, de pensar e de sentir, maior é a parte de interpretação e de adaptação pessoal permitida e exigida. Podemos aqui falar de uma cultura ideal (a cultura ideal é aquela que engloba as maneiras de viver propostas pela sociedade) e de uma cultura modal, compreendendo diversas formas em que as maneiras de viver, apresentadas como ideais, são realmente realizadas na maioria dos casos. Aponta-se também como característica essencial da cultura o processo, a maneira como a cultura é apreendida ou transmitida.

A aquisição da cultura resulta de diversos processos de aprendizagem. Estes processos são definidos pelos termos Socialização e Enculturação. Por socialização entende-se a integração, mais ou menos conseguida, de um indivíduo num grupo. A enculturação vai um pouco mais longe, pois implica não só a adaptação, mas também a interiorização dos modelos culturais aceites como normas pelo grupo. Embora separados para facilidade de

análise, estes dois mecanismos fazem parte do mesmo processo pelo qual, ao longo da vida, a pessoa humana apreende e interioriza os elementos socioculturais do seu meio, os integra na estrutura da sua personalidade sob a influência de experiências de agentes especiais significativos e se adapta, assim, ao ambiente social em que vai viver.

Além destes processos (que são específicos), há um outro, o da Aculturação; este termo aproxima-se da ideia de "empréstimo cultural" referida por Herskowitz. Segundo este autor, a aculturação compreende os fenômenos resultantes do contacto directo e contínuo entre dois grupos de indivíduos de culturas diferentes com trocas importantes nos modelos culturais típicos de um ou outro grupo.

Para Reimão (1996), afirma que é de fácil percepção que a cultura desempenha várias funções psicossociais. Socialmente, a cultura tem como função reunir uma variedade de pessoas numa colectividade específica, favorecendo a adaptação do homem ao seu meio ambiente e ao conjunto das realidades com que tem de viver, nomeadamente:

- a) Através da identificação, isto é, da conquista da identidade, da maneira de pensar, de agir e de sentir que lhes são comuns, a cultura dá às pessoas que integram uma determinada colectividade uma identidade colectiva, numa linha de tradição e de memória. Para tal, a cultura apoia-se em factores objectivos mas que, através dela e nela, ganham uma significação mais cultural. A tradição e a memória são alargadas. Por exemplo, os laços de sangue são transformados através da cultura em laços de parentesco; a coabitação geográfica em pátria, nação e propriedade; a divisão do trabalho em hierarquia social, prestígio social e classe social;
- b) A cultura propõe também modelos, enquanto processos de continuidade da tradição, de modo a constituírem-se novos modos de vida. Contém e reinterpreta valores de modo mais ou menos sistemático, oferece aos indivíduos escolhas e opções entre valores dominantes e outros. Esta escolha não é, porém, ilimitada e as opções também são restritas, embora umas sejam mais privilegiadas do que outras. A cultura é um universo mental, moral e simbólico comum a uma pluralidade de pessoas em função do qual podem comunicar entre si, reconhecer laços, interesses comuns, divergências e opiniões, sentindo--se cada um individualmente e todos coletivamente como membros de uma entidade que lhes é superior, chamada grupo, colectividade ou sociedade;
- c) A função psicológica da cultura tem a ver com a sua função de formar a personalidade de cada indivíduo. É como que um molde que lhes propõe modos de pensar, conhecimentos, ideias, maneiras de se exprimir, formas de gostar, meios para satisfazer necessidades fisiológicas, etc. Kardiner integra esta função no conceito-chave de personalidade de base. Assim, uma criança que nasce e cresce numa cultura particular vai gostar de determinados pratos, comer de determinada forma, ligar sentimentos a certas cores, casar de determinada maneira. Se a mesma criança fosse

colocada noutra cultura, após ter nascido, iria provavelmente gostar de outra comida, provavelmente usar outros talheres e casar de outro modo. O molde não é, no entanto, rígido; tem flexibilidade, de modo a permitir adaptações pessoais. Essa flexibilidade do molde cultural tem, no entanto, limites; ao ultrapassá-los, o indivíduo passa a ser marginal nessa sociedade, podendo, contudo, passar a outra.

De acordo com Lemos (2013), a definição de cultura proposta por Bernardi (1974) evidencia justamente a existência de um grupo de elementos que são em primeira instância os geradores da cultura. O autor propõe deste modo quatro elementos que na sua perspectiva coexistem de forma dinâmica para criar, manter e renovar a cultura. Esses elementos são: o *anthropos*, o ser humano enquanto ser individual; o *ethos*, a comunidade no sentido de agrupamento de seres humanos, o *oikos*, o ambiente natural e cósmico onde os seres humanos exercem a sua acção e o *chronos*, o tempo no qual os seres humanos desenvolvem a sua acção e perpetuam.

O *anthropos* coloca ênfase na contribuição mental que cada indivíduo oferece ao grupo onde se inclui. Esta contribuição individual produz um efeito sobre a cultura, a sobre os comportamentos e atitudes dos outros elementos e da própria comunidade. Se a cultura se centrasse apenas na acção do ser humano enquanto ser individual não teria deste modo forma de existir uma vez que as contribuições de cada um não encontrariam eco no seio do grupo.

De acordo com Bernardi (1974) citado por Lemos (2013), afirma que a sociedade é mais importante do que os indivíduos, na medida em que a cultura, entendida nesta perspectiva se torna num bem comum, num património que pertence a todos os elementos desse grupo. Deste modo, a cultura torna-se numa prática que esta subjacente ao comportamento do grupo. A cultura é herdada socialmente dentro de cada grupo passando de geração em geração, solidificando-se nas tradições e renovando-se em determinadas situações, conferindo-lhe um carácter dinâmico. A relação entre comunidade e a cultura é evidenciada pela forma como cada indivíduo se identifica com os traços peculiares de sua comunidade e o mesmo tempo de distingue de outras comunidades.

O outro elemento não menos importante considerado por Bernardi (1974) citado por Lemos (2013), na análise da cultura é o *oikos*, palavra grega que significa casa. O termo *oikos* está ligado às ciências da natureza, mais concretamente à ecologia, palavra com a mesma raiz e que se ocupa do estudo das relações entre o meio ambiente e as formas de vida que, em conjunto, estabelecem a harmonia necessária a condição humana (vida). Portanto, Lemos (2013), considera que o ambiente é o elemento da cultura que limita e desafia os seres humanos, quer no desenvolvimento da tecnologia (os instrumentos que concebe para aproveitar os recursos do meio), quer na forma como os indivíduos interpretam a natureza e os cosmos, bem como o modo que com eles se relacionam.

O ambiente pode ser entendido no sentido de valor material e simbólico, como também, pode por outro lado, conter um valor simbólico em algumas comunidades, nomeadamente quando se praticam determinados rituais ligados a ciclos da natureza. Sendo assim, a ideia subjacente à sociedade industrial é a de que o homem domina o meio ambiente, pela

industrialização e pelo constante desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento económico e o meio ambiente aparecem neste contexto como conceitos antagónicos e com objectivos diferentes. Por um lado, o desenvolvimento económico pensando como melhoria das condições de vida tem um impacto negativo sobre o ambiente, por outro lado, a protecção do ambiente provoca custos que parecem ser incomparáveis.

Referencias Bibliográficas

Lemos, A. C. J. (2013). *Cultura e desenvolvimento local: Estudo de caso da d'Orfeu – Associação cultural*. Departamento de Educação. Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.

Reimão, C. (1996). *A cultura enquanto suporte de identidade, de tradição e de memória*. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 9, Lisboa, Edições Colibri.

Sumário

Nesta **Unidade** temática 4.1 estudamos e discutimos fundamentalmente as determinantes do conceito culturas, suas dinâmicas e logicas de compreensão enquanto conceito importante no processo de intervenção rural, aonde discutimos fundamentalmente a evolução histórica do conceito cultura em diferentes perspectivas de análise. Portanto, podemos concluir que o conceito de cultura é polissémico, porém podendo ser contextualizado numa perspectiva dinâmica de identidade, de tradição e de memória. Por isso a definimos como um conjunto de modalidades da experiência social, constituída sobre saberes aprendidos e organizados como sistema de signos que possibilita aos membros de um determinado grupo a construção de um modelo de significações em ordem à estruturação e definição de comportamentos adaptados numa dada sociedade.

Exercícios de Auto-avaliação

1. Quais os determinantes simbólicos do conceito de cultura?
2. A cultura pode ser entendida como uma pratica que esta acima do individuo. Comenta a afirmação.
3. O que entendes pelo processo de aculturação?
4. Comente a seguinte afirmação “cultura não é sim, uma estrutura complexa com abrangência integrada e dinâmica”.

Exercícios de avaliação

1. Defina a cultura.
2. Apresenta e descreva as categorias de análise do conceito da cultura.
3. Por que é importante compreender a cultura nos contextos de intervenção rural.
4. Identifique e caracterize os elementos da cultura.
5. O ambiente é o elemento da cultura que limita e desafia os seres humanos. Comente a afirmação.
6. Socialmente, a cultura tem como função reunir uma variedade de pessoas numa colectividade específica, favorecendo a adaptação do homem ao seu meio ambiente e ao conjunto das realidades com que tem de viver. Comente a afirmação.
7. A função psicológica da cultura tem a ver com a sua função de formar a personalidade de cada indivíduo. No seu entender como este aspecto influencia nas actividades económicas nas zonas rurais?

UNIDADE TEMÁTICA 4.2. Desenvolvimento rural

Introdução

A maior parte do território Moçambicano é predominantemente rural. Não obstante o processo de urbanização acelerado, nas décadas passadas, a maioria da população moçambicana continua a nascer, residir e depender das áreas rurais. 4. Mas o meio rural não existe isoladamente do resto do mundo. Ele articula-se, tanto com as comunidades urbanas do País, como com sociedades de países vizinhos e inúmeras comunidades estrangeiras. Tal articulação concretiza-se por via de relações de intercâmbio, cooperação e também competição, num diálogo multifacetado, de natureza comercial, profissional e cultural, cada vez mais intensificado pelo acesso às tecnologias modernas, mesmo nas partes mais recônditas de Moçambique. 5. Consciente da experiência histórica e dos enormes desafios que o País terá de enfrentar no futuro, o Governo de Moçambique tem vindo a repensar e equacionar uma estratégia de desenvolvimento especificamente para as áreas rurais.

O conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização etc, a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc, originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados. Ademais, esse processo de ampliação de capacidades e de acessos que caracteriza o desenvolvimento deve também criar condições para que as populações possam precaver-se contra o aumento dos riscos - sociais, ambientais, econômicos, entre outros normalmente associados a processos complexos de mudança social implícitos na consideração do desenvolvimento.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Compreender o conceito de desenvolvimento rural;
- Diferenciar terminologias rural e ruralidade de outros conceitos de desenvolvimento rural;
- Perceber os determinantes de intervenções para o desenvolvimento Rural em Moçambique.

O conceito de rural ou de ruralidade não está associado exclusivamente à dimensão agrícola, nem é concebido como um resíduo atrasado do urbano. Pelo contrário, a visão de rural e de ruralidade afirmada desde a independência de Moçambique destaca positivamente que a diversidade e a multifuncionalidade são marcas específicas dos espaços rurais e que o rural tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento do país.

Nessa concepção, o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis:

- i. É espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersectoriais;

- ii. É espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas;
- iii. É espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos.

Abramovay (2003), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados. Para Veiga (2002), os critérios utilizados para demarcar as divisões territoriais nos diversos países são, em sua maioria, anacrônicos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que hoje se denomina desenvolvimento territorial. No caso de Moçambique, com a introdução das zonas económicas especiais, zonas económicas exclusivas e vilas autárquicas, o problema de classificação do que é rural é mais grave, dado que se baseia numa definição de “cidade” – sede de município – que exagera sobremaneira o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), “sejam quais forem suas características”. A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos:

- a) O rural não é sinónimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este;
- b) O rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtivas, ambiental, ecológica, social);
- c) As áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa;
- d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Para Terluin (2003), o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais carece de uma disciplina específica, por isso é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do “desenvolvimento econômico em regiões rurais”, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.). Mas o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias desses diversos campos de estudo.

No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode

ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. De acordo com van der Ploeg et al. (2000), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim, “ é uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”. Por isso, para esses autores, o desenvolvimento rural é um “processo multinível, multi actores e multifacetado”.

Quanto ao primeiro aspecto, deve-se considerar o desenvolvimento rural num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; num nível intermediário, como novo modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais; o terceiro nível é o da firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade. A complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que dependa de múltiplos atores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global (redes). Por último, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos.

Debates actuais propõem uma classificação territorial em três tipos de zonas rurais, fundada no seu grau de integração nas economias nacional e internacional:

- a) Zonas economicamente integradas: zonas rurais prósperas, geralmente próximas de um centro urbano ao qual se integram por uma rede de comunicações bem desenvolvida, combinando as melhores vantagens da vida no campo e na cidade, e aproveitando economias de escala e de aglomeração, com demanda e oferta diversificadas de emprego.
- b) Zonas rurais intermediárias: são zonas tradicionalmente desenvolvidas com base num setor agrícola próspero e nas atividades a ele associadas; são geralmente afastadas de centros urbanos, mas com infraestruturas de transporte suficiente para ter acesso a eles; são zonas em processo de

integração econômica, em que as novas atividades (indústria, comércio, turismo) começam a transformar a estrutura do emprego.

- c) Zonas rurais isoladas: possuem uma população dispersa e localizam-se em áreas periféricas bem afastadas de centros urbanos (montanhas e ilhas, por exemplo); a infraestrutura e os serviços locais são precários, a produção é tradicional (agricultura e pequeno artesanato local), as rendas e a qualificação da mão-de-obra são bastante baixas.

O enfoque proposto para estimular o “potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais” consiste em adotar medidas que levem em conta as características específicas de cada tipo de zona, mas em primeiro plano, e em comum para todas as zonas, essas medidas devem visar à “melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento”.

Epstein e Jezeph (2001) sugerem, para os países em desenvolvimento, um “paradigma de desenvolvimento com base na parceria rural-urbano”. Partindo da constatação de que os países pobres, mesmo aqueles em que a população rural ainda é majoritária, tendem a concentrar seus escassos recursos no desenvolvimento industrial urbano, acelerando com isso a migração ruralurbana e os problemas que ela traz para as cidades, os autores sugerem um redirecionamento dos esforços desenvolvimentistas (e dos recursos das agências internacionais para o Terceiro Mundo), no sentido de tornar mais atrativas as áreas rurais como forma de reter a população mais pobre, potenciais migrantes.

Das diversas definições apresentadas, pode-se extrair a ideia de que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). O desenvolvimento rural tem de especificar o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento “multissetorial”. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (2003). O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 149 p.

EPSTEIN, T. S.; JEZEPH, D. (2001). Development: there is another way: a rural-urban partnership development paradigm. World Development, Tarrytown, N.Y., v. 29, n. 8, p. 1443-1454.

PLOEG, J. D. van der et al. (2000). Rural development: from practices and policies towards theory. Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out.

TERLUIN, I. J. (2003) Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. Journal of Rural Studies, Oxford, v. 19, p. 327-344.

VEIGA, J. E. (2002). Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP, Autores Associados.

Sumário

Nesta **Unidade** temática 4.2 estudamos e discutimos fundamentalmente os conceitos de rural e ruralidade, bem como os seus limites de actuação em desenvolvimento rural.

Exercícios de Auto - avaliação

1. Por que é que o desenvolvimento rural deve abarcar ou combinar aspectos sociais e económicos?
2. Que funções as áreas rurais desempenham no processo de desenvolvimento?
3. Por que é que a parceria rural e urbano é fundamental no processo de desenvolvimento rural?

Exercícios de avaliação

1. Porque é que o contexto rural é importante no processo de desenvolvimento?
2. Quais são as perspectivas de desenvolvimento rural apresentadas no texto e como podem ser percebidas com exemplos claros do contexto Moçambicano?
3. Comente a seguinte afirmação “O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados”.
4. Como deve ser visto o processo de desenvolvimento rural?
5. Que aspectos devem ser considerados na análise da ruralidade de segundo Abromovay?
6. O conceito de rural ou de ruralidade não está associado exclusivamente à dimensão agrícola, nem é concebido como um resíduo atrasado do urbano. Comente.

UNIDADE TEMÁTICA 4.3. Desenvolvimento económico

Introdução

O desenvolvimento ou crescimento económico é visto como um fenómeno histórico – como resultado da revolução capitalista. Está intrinsecamente relacionado com o surgimento das nações e dos Estados-nação. Assume-se como sendo um processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade e dos salários. Tratando-se de um processo histórico, deve ser estudado empiricamente, não hipotético-dedutivamente como fazem os economistas neoclássicos, nem normativamente. A teoria económica prevê que os países em desenvolvimento realizarão o catch up, mas isso só será verdade se eles não forem dependentes ideologicamente dos países ricos, se demonstrarem capazes de ter a instituição fundamental para o desenvolvimento económico: uma estratégia nacional de desenvolvimento. A existência de estratégia de desenvolvimento nacional permite aos países pobres ter uma visão clara para em relação aos passos a seguir para o tal almejado desenvolvimento.

O capitalismo é um sistema económico coordenado pelo mercado, no qual empresas e Estados-nação competem a nível mundial, e o desenvolvimento económico pode ser entendido como o sucesso nessa competição; dificilmente se poderá falar em desenvolvimento económico se o país estiver crescendo a taxas substancialmente mais baixas que seus concorrentes. Foi só com a globalização e a abertura de todos os mercados que essa concorrência se tornou clara, mas desde a revolução capitalista o desenvolvimento económico se tornou um objetivo político central das nações, de forma que o governo de um Estado só estará realmente sendo bem-sucedido se estiver alcançando taxas razoáveis de crescimento.

Historicamente, o agente por excelência do desenvolvimento económico é a nação – é a sociedade nacional dotada de um destino comum que logra controlar um território e se dotar de um Estado. O fator principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento económico é a existência ou não de uma nação capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição. Na medida em que uma sociedade nacional se revela suficientemente coesa ou solidária quando se trata de competir internacionalmente, ela saberá aproveitar melhor seus próprios recursos para crescer: seus recursos naturais e principalmente humanos.

Quando uma economia está em pleno processo de crescimento, é sinal de que provavelmente existe uma estratégia nacional de desenvolvimento por trás, é sinal de que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição económica com as demais nações. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise, que a nação perdeu coesão e se esgarçou, e, portanto, que já não conta com os elementos necessários para que se mantenha competitiva.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



**Objectivos
específicos**

- Compreender os conceitos de desenvolvimento económico;
- Analisar o papel do estado na formulação de políticas que promovam o desenvolvimento económico.

O conceito de desenvolvimento apresenta diversas acepções de acordo com os pontos de vista dos autores. Assim sendo, Vasconcelos & Garcia (1998), citados por Oliveira (2002:28), defendem que o desenvolvimento em qualquer concepção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação). Como pode-se constatar para este autor o desenvolvimento deve ser reflectido na melhoria da vida das pessoas. Deste modo, o autor remete-nos em duas (2) perspectivas em relação a compreensão de desenvolvimento à de crescimento económico e a da melhoria da qualidade de vida (expansão das liberdades). No entanto, estas perspectivas estão longe de ser alcançadas em muito países que tem experimentado a industrialização com base em mega projectos, na medida em que a preocupação é o crescimento económico e não desenvolvimento económico. Oliveira (2002:40), argumenta que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social. Por outro lado, Sousa (1993), defende a existência de duas abordagens sobre o desenvolvimento. A primeira corrente encara o crescimento como sinonimo de desenvolvimento e a segunda o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Sobre o desenvolvimento económico existem diversos estudos a ter em conta na medida em que o mundo atravessou por várias crises de carácter económico e que marcaram profundamente as economias dos países a escala global. Furtado (1968:72), ressalta que “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento superando- a”.

Nesse sentido, é bastante perceptível a tendência contemporânea de englobar ao conceito de crescimento económico, características de desenvolvimento humano. O crescimento económico é uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições. De acordo com o Ministério de Planificação e Desenvolvimento (2003), o desenvolvimento económico é o processo de desenvolvimento participativo que estimula parcerias entre as principais partes interessadas do sector público, privado, da sociedade civil e das comunidades locais num território definido.

Como também pode ser concebido como sendo um processo sobre o qual os interlocutores locais constroem e partilham decisões estratégicas para o futuro económico, produtivo e laboral do território. Por outro lado, Mungoi (2008), define o desenvolvimento económico como sendo o processo que emerge de reformas em curso que estabelecem as bases para o estabelecimento do sector privado, da sociedade civil e parcerias público privado. Onde a função do Estado é a de regular e impulsionar o processo de desenvolvimento económico em parceria com o sector privado, a sociedade civil e as comunidades locais.

O estado torna-se responsável em manter estável o ambiente macroeconómico e em criar condições para que factores de acumulação de

capital funcionem adequadamente. Mas para a Organização Internacional de Trabalho (2003), o desenvolvimento económico local é um processo participativo (envolve autores públicos e privados de um território), que promove o aproveitamento sustentável dos recursos locais e externos, bem como as vantagens competitivas num contexto global, para gerar emprego e rendimentos, visando melhorar a qualidade de vida da população. Deste modo pensar em desenvolvimento económico local deve-se me primeira estância procurar implementar estratégias ou políticas desenvolvimento que enfatizam o desenvolvimento baseando em três dimensões (social, político e cultural). Sendo assim, as políticas ou estratégias baseadas na solidariedade económica figuram como um vector impulsionador do desenvolvimento económico no contexto local.

Para que haja desenvolvimento económico a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem publica ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidade de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte não é necessário que seja “grande”, mas não poderá ser “pequeno” porque se for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade. Essencialmente o desenvolvimento económico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistémica acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico de produção.

Nestes termos, o desenvolvimento económico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional e cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento de produtividade de determinadas actividades e/ou pela transferência de mão – de – obra dessas para outras actividades com maior valor adicionado per capita porque envolve maior conhecimento. É o aumento dos salários causando directa e indirectamente por esse aumento de produtividade e essa concentração da população de um estado-nação, nas actividades de maior valor adicionado. O quadro económico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista; o quadro político e o da formação dos modernos estado – nação; o quadro ideológico é o de liberalismo e do nacionalismo; quadro cultural é o da transição para a modernidade ou para o capitalismo enquanto sistema, além de económico, cultural (Ibid:9). Sugiro que esta unidade seja mais rica em conteúdos.

Entretanto, Bresser – Pereira (2006), avança que o desenvolvimento económico é um fenómeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados – nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. O autor defende que o desenvolvimento é caracterizado pelo aumento da produtividade sendo que este deve estar associado ao uso de novas técnicas produtivas. De acordo com Oliveira (2002:32), “desenvolvimento, e qualquer concepção deve resultar do

crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos sectores económicos, devem estar dispostas de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social. Para Sandroni (2002), o desenvolvimento económico significa crescimento económico acompanhado por melhorias do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o desenvolvimento depende, ainda, das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Sousa (1995), diz que para se caracterizar o desenvolvimento económico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento económico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita de redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. Desta maneira, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças de ordem económica, política, humana e social. Segundo Oliveira (2002:40), “o desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano [...]”. Na década de 90, o conceito de desenvolvimento económico foi ampliado em virtude da preocupação em torno das questões ambientais, passou a ser tratado como desenvolvimento sustentável.

Esse novo paradigma articula as questões do meio ambiente com os problemas sociais e económicos, induzindo a uma nova abordagem do progresso tecnológico. Nesta nova perspectiva a ideia de desenvolvimento económico esta focada na necessidade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Enfim, o conceito de desenvolvimento entendido a partir da discussão acima está relacionado ao nível de crescimento económico, aliadas as características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população, bem como às condições ambientais do país. Este conceito amplo de desenvolvimento está pautado em um elemento a mais: o desenvolvimento humano.

Sandroni (1994) citando Oliveira (2002:401), já considerava o desenvolvimento económico como o crescimento económico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográfica, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Seguindo o raciocínio de Souza (1993), o desenvolvimento económico requer um ritmo de crescimento económico contínuo (k) e superior ao crescimento da população (r). Isto é claro, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. O crescimento aparece, portanto, como a chave para a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. Porém, numa definição mais detalhada, a questão é saber como as variações de que são distribuídas entre a população.

Ainda, se este crescimento é fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros factores que contribuem para melhorar as condições de vida, ou em armas (equipamentos militares). Analogicamente, se tivermos que estamos numa situação em que o crescimento económico é insuficiente em relação ao crescimento da população. Essa situação é típica dos países e regiões subdesenvolvidos, que também apresentam estruturas económicas inadequadas e elevada concentração de renda, bem como baixos níveis de condições de vida.

Referências Bibliográficas

Bresser – Perreira, L. C. (2006). O conceito histórico de desenvolvimento económico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

Furtado, C. (1968). Teoria e política do desenvolvimento económico. 2ª Edição. Editora Nacional: São Paulo.

Oliveira, G. B. de (2008). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE. Curitiba.

Souza, N. de J. (1995). Desenvolvimento Económico. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

WCED - World Commission on Environment and Development (1987). Our Common Future. Oxford University Press: Oxford.

FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 2ªedição, 1981.

Sumário

Nesta **Unidade** temática 4.3 estudamos e discutimos fundamentalmente o conceito de desenvolvimento económico, bem como, analisamos de forma sucinta o papel do estado na formulação de políticas que promovam o desenvolvimento económico. O desenvolvimento econômico depende da mobilização da atividade humana para transformação de antigos meios de produção e das relações sociais associadas a eles. Apesar de ser condição para o desenvolvimento econômico, o impulso inicial para a mobilização dos recursos não parte do setor financeiro.

Exercícios de Auto-avaliação

1. De que forma a noção de estado ou nação implicam o conceito de desenvolvimento económico?
2. O desenvolvimento económico em qualquer concepção deve resultar no crescimento económico. Comente.
3. Que linhas o novo paradigma sobre desenvolvimento económico advoga?
4. Que dimensões devemos ter em conta na implementação de políticas de desenvolvimento económico?

Exercícios de avaliação

1. De forma breve discuta o papel do estado enquanto actor chave de criação de políticas que favoreçam desenvolvimento económico?
2. O desenvolvimento económico é um processo implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional e cultural. Comenta a afirmação?
3. Como se caracteriza o desenvolvimento económico para Sousa?
4. Indique e descreva os aspectos que o novo paradigma de desenvolvimento económico de acautelar?
5. Diferencie o conceito de desenvolvimento económico proposto pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento e por Mungoi.

UNIDADE TEMÁTICA 4.4. Desenvolvimento local

Introdução

O conceito de desenvolvimento local não está mais associado apenas àquilo que tradicionalmente era atribuído ao “lugar” (local). O conceito de desenvolvimento local emerge da necessidade de encontrar respostas alternativas aos desafios e problemas sociais contemporâneos e da reconceptualização teórica, epistemológica e prática do conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento local coloca o âmago da sua intervenção na ênfase do local e da animação de estruturas sociais e políticas locais (actores locais). O realce do local permite a valorização das características específicas territoriais (históricas, culturais, relacionais) e possibilita a criação de respostas sustentáveis e inovadoras aos problemas e necessidades locais. Ao reconhecer e impulsionar a capacidade de ação dos atores locais, o desenvolvimento local possibilita a identificação e mobilização de recursos endógenos e exógenos, originando processos de transformação realidade local, com base nos valores do “outro” desenvolvimento.

A este conceito está subjacente uma multiplicidade de significados complexos e até controversos. Com base no paradigma da análise do território, o desenvolvimento local apresenta-se como uma proposta de ação para a mudança social centrada nas pessoas, onde se procura promover o bem-estar da comunidade e a criação de condições para responder aos problemas e necessidades locais de forma participativa.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Compreender os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento local;
- Analisar a importância dos actores locais no processo de desenvolvimento local.

De acordo com Madelo (2009), o desenvolvimento local teve a sua génese, no nosso país no ano de 2000, estando ele próprio na origem da criação de agências e desenvolvimento local. Este tipo de desenvolvimento foi aplicado nas regiões mais desfavorecidas visto ser aí que se encontram os problemas que estão na origem de processos que visam a sua solução encetada pelas comunidades locais. Porque os territórios são diferenciados, são igualmente diferenciados os processos de desenvolvimento. Esta diferenciação é decisiva para determinar as características dos efeitos possíveis no desenvolvimento desejado para cada caso. Nesta concepção, o território é inseparável das pessoas que nele vivem, porque um local onde apenas se habita, dificilmente pode ser um espaço de desenvolvimento local integrado e sustentável. Um espaço de desenvolvimento, tal como o sonham todos quantos vêem, nas suas práticas, exercícios de aperfeiçoamento e de reforço de participação activa dos cidadãos, no funcionamento da governação democrática da nossa sociedade. Pelo que se disse o desenvolvimento local é um processo de transformação da realidade que tem por base a capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania activa e transformadora da vida individual e em comunidade. Todo este processo nasce das necessidades sentidas pelas comunidades locais e da constatação da impossibilidade de as mesmas serem satisfeitas através dos organismos centrais. Por necessidades não se consideram apenas as necessidades básicas – alimentação, saneamento,

mas todas as outras, muitas delas surgidas no decurso das sociedades pós-industriais, tais como a necessidade de mais tempos de lazer ou de um turismo que se apresente como realidade pluridimensional.

O desenvolvimento tecnológico, dos transportes e das comunicações abriu ao consumo uma maior quantidade de bens e serviços pelo que se torna necessário assegurar-los no espaço local. Evidentemente que não se poderão esquecer os factores de promoção da dimensão social como o emprego, os laços de vizinhança ou a estabilidade das relações familiares. Julgamos aqui oportuno referir que apesar do conceito de desenvolvimento local se poder enquadrar, quanto ao seu conteúdo e contexto (científico e institucional), numa fileira ou família conceptual isso não impede que haja uma sobreposição e interacção com outros tipos de desenvolvimento. É neste sentido que dissemos já que o desenvolvimento local deve ser sustentável e integrado. Refira-se que tal como afirma Roque Amaro, o conceito de desenvolvimento integrado é integrador dos conceitos de desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento Local.

A teoria de desenvolvimento local pode ser apresentada como o resultado da falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento fundados seja na compreensão do Estado como principal agente promotor do desenvolvimento, seja nas funções locativas do mercado como facilitador do optimo económico (Muls, 2008:01). O autor vê o Estado como municidor do desenvolvimento local em função das exigências do momento. Por seu turno, Boyer (2002), refere que a mobilização dos actores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território, são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais. Entendemos que as organizações locais criam condições para o desenvolvimento local. O processo de desenvolvimento local implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, social, cultural, política e ambiental. Sendo assim, “o desenvolvimento local (DL) é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de combina-los de forma racional para a construção de um melhor futuro”. Neste sentido, torna-se necessário frisar que o desenvolvimento local envolve as dimensões da autonomia, cidadania e participação dos actores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras que concorrem para expansão das suas liberdades no contexto local. Actualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não esta relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população e com a conservação do meio ambiente. Estes três factores estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto económico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais.

Nas últimas duas décadas o sucesso do desenvolvimento local, no nosso país, deve-se em grande parte ao papel das associações de desenvolvimento local, organizadas para a realização do tipo de estratégias que acabámos de referir, o seu tipo de abordagem desenvolve-se nos seguintes aspectos:

- a) **A abordagem territorial:** alicerça-se na proximidade aos espaços geográficos em que operam e no sólido conhecimento que deles possuem, facto que lhes permite inventariar o volume e a natureza das necessidades, arrolar dos recursos endógenos disponíveis a definir estratégias para a sua utilização óptima, a jusante, o grau de satisfação atingido.
- b) **A abordagem local ou ascendente:** assenta na proximidade para com as pessoas que habitam as áreas de intervenção e na capacitação do seu potencial para planificarem e conduzirem o seu próprio processo de desenvolvimento, retomando a solidariedade como valor estruturante e fortalecendo a sociedade civil no sentido de uma cidadania activa.
- c) **A gestão e o financiamento descentralizados:** A descentralização, assente na autonomia de decisão quanto à apreciação, selecção e gestão de projectos, atribui às populações a responsabilidade na formulação dos anseios e insatisfações e na procura de soluções, adaptando a intervenção às realidades e especificidades locais e contribuindo para tornar os processos mais céleres e eficientes.
- d) **A abordagem integrada ou pluri-sectorial:** uma construção de estratégias e planos de desenvolvimento local coerente, que integra as diversas vertentes da vida no território local, estudando previamente as potenciais sinergias decorrentes da articulação entre projectos e estimulando os efeitos gerados após a intervenção, acautela desequilíbrios e estrangulamentos.
- e) **A inovação:** caracterizada pela criatividade na procura de soluções e respostas adequadas e actuais para problemas concretos e novos espaços de afirmação para o território local.
- f) **A organização em rede e em cooperação interterritorial:** as preocupações, constrangimentos e obstáculos, mas também os sucessos, são transversais a muitos territórios locais. A cooperação e o trabalho em rede, assentes na transferência de conhecimento, facilitam a criação de relações de complementaridade e de escala.

O desenvolvimento local não está associado apenas com o crescimento económico, mas igualmente com o bem-estar da sociedade e a preservação ambiental, estando o mesmo 22 com capacidade de transformar a realidade local, a partir do entendimento e harmonização de vários atores para a concepção e elaboração de estratégias, e na tomada de decisões, nas circunstâncias económica, social, cultural; ambiental, político-institucional e científico - tecnológica, aspirando obter melhor efetividade, eficácia e eficiência nas acções.

Referências Bibliográficas

- Madaleno, T. C. D. (2009). Desenvolvimento Local – Um projecto na área da Cova da Beira Impactos e Parcerias. Tese de mestrado apresentada no Instituto Universitário de Lisboa.
- Barqueiro, A. V. (1998). Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Urgs. Blair, J. & Carrol M. (2009). Local economic development: analysis, practices and globalization. Los Angeles.
- Bresser – Perreira, L. C. (2006). O conceito histórico de desenvolvimento económico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Clark, G. & Mountford, D. (2010). Organizing local economic development: The role of development agencies and companies. USA.
- Cowen, M. P & Shenton, R. W. (2005). Doctrines of Development. Taylor & Francis e-Library. London.
- Furtado, C. (1968). Teoria e política do desenvolvimento económico. 2ª Edição. Editora Nacional: São Paulo.
- Muls, L. (2008). Desenvolvimento económico local. Universidade Federal Fluminense. Brasil.
- Mungoi, C. A (2008). Sistematização de Informação sobre desenvolvimento Económico Local em Moçambique. Ministério de Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural. Maputo.
- Lemos, A. C. J. (2013). Cultura e desenvolvimento local: Estudo de caso da d’Orfeu – Associação cultural. Departamento de Educação. Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.
- Osman, A. M (2010). Financiar o desenvolvimento. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE.
- Oliveira, G. B. de (2008). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE. Curitiba.
- ROQUE AMARO, Rogério, A Exclusão Social Hoje, ISTA, http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html
- Schumpeter, J. (1982). Teoria do desenvolvimento económico. São Paulo, abril cultural.
- Souza, N. de J. (1995). Desenvolvimento Económico. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

Sumário

Nesta **Unidade** temática 4.4 estudamos e discutimos fundamentalmente os conceitos de desenvolvimento local aonde foi é possível compreender que olha para o desenvolvimento local implica necessariamente estar direccionado o uso e aproveitamento dos recursos locais, uma vez que a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais por meio do planificação centralizada ou dos governos centrais ou de outras forcas fora do sistema de mercado”.

avaliação

1. Que noções se devem ter em conta na análise do desenvolvimento local?
2. O desenvolvimento local consiste na transformação consciente e consistente da realidade local pelos actores locais. Comente?
3. Que actores tem contribuindo para o processo de desenvolvimento local em Moçambique?
4. De que forma é apresentada as teorias de desenvolvimento local?

Exercícios de avaliação

1. Defina o conceito de desenvolvimento local.
2. O desenvolvimento local não está relacionado com o crescimento económico. Comente a afirmação
3. Que implicações as políticas de desenvolvimento (Papel do estado) sofrem com a introdução do conceito de desenvolvimento local?
4. Quais as diferenças entre os conceitos de desenvolvimento económico e o conceito de desenvolvimento local?
5. Actualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico. Comente a afirmação.
6. Na sua opinião como se deve impulsionar o desenvolvimento local em Moçambique?

TEMA - 5: AS REFORMAS AGRÁRIAS NOS DIFERENTES PERÍODOS E O SEU IMPACTO.

UNIDADE Temática 5.1. Reformas agrárias em Moçambique

UNIDADE TEMÁTICA 5.1. Reformas agrárias em Moçambique

Introdução

A busca de um modelo adequado para o desenvolvimento foi sempre uma tarefa árdua, e acima de tudo, um grande desafio dos países do Terceiro Mundo e principalmente dos africanos recém-independentes, como é o caso de Moçambique, Sambo (s/d). Contudo a persistência na busca de políticas e estratégias de desenvolvimento que se pretendam exequíveis tem caracterizado os esforços do Governo e de diferentes actores sociais comprometidos com o desenvolvimento de Moçambique. De acordo com a Constituição da república de Moçambique – CRM, o país continua a defender a agricultura como a base de e para o desenvolvimento, facto este que faz com que ao longo dos anos pós-independência o país concebe-se inúmeras políticas agrária para impulsionar o sector rural olhando sempre a agricultura como o elemento catalítico.

O seu território contempla três tipos de relevo: as planícies que ocupam cerca de 55% do território, a região planáltica que parte dos 200 a 1.000 metros de altitude, região situada basicamente entre o centro e o norte do país, com uma extensão de 43% do território e os grandes planaltos e montanhas, situadas no interior do país, que ocupam cerca de 13% da área total do país. Com um clima predominantemente tropical, o país possui enormes extensões de terra arável para o desenvolvimento de actividades agropecuárias, a sua flora do tipo denso, aberto e savana, é extremamente rica em animais de grande, médio e pequeno porte, e de várias espécies de madeiras preciosas, algumas das quais bastante apreciadas no mercado internacional, alimentando, assim, a industria de exportação.

O país é atravessado por vários rios de curso permanente, alguns dos quais nascem nos países vizinhos, além de possuir vários lagos e lagoas, o que faz com que os seus recursos hídricos sejam bastante invejáveis. O oceano, que banha a sua longa linha costeira, possui uma riqueza enorme, que vai do peixe, a crustáceos e outros frutos do mar, além de possuir uma quantidade enorme de sal, que abastece as províncias do interior e os países do *hinterland*.

De acordo com os dados do censo populacional de 2017, partilhados pelo Instituto Nacional de Estatística, Moçambique possui uma população de 30,832,244 habitantes e a população está a crescer a uma taxa média de 2,6% por ano, e é predominantemente rural (70%). Em termos de idade, a maioria de moçambicanos não ultrapassa os cinquenta anos de vida, tornando-se num país bastante jovem, onde a população feminina constitui a maioria (mais de 50%). Importa sublinhar que da população Moçambicana que vive no campo, a sua maioria dedica-se à pratica da agricultura, que é a grande fonte de rendimentos das famílias. Em termos de disponibilidade de terra para a pratica da agricultura, o país possui cerca de 36 milhões de hectares, dos quais, apenas 5 milhões de hectares se encontravam, em cultivo¹¹ e 3,3 milhões de hectares irrigáveis, dos quais somente 50.000 ha, equivalente a 0,13% das terras aráveis, são presentemente irrigados. De acordo com a Política Agrária, em Moçambique, os produtos mais importantes do sector agrícola são: milho, arroz, açúcar, feijão, amendoim, mapiar, mandioca, mexoeira, algodão, caju, madeira, copra, chá e citrinos. O sector de agricultura em Moçambique é um dos que mais

instrumentos de implementação programática tem concebido e implementado no país. Dentre esses é importante enfatizar os seguintes:

- i. O conhecido Programa Nacional da Agricultura PROAGRI (I e II), instrumentos programáticos de acções, que incluem componentes que vão desde a capacitação institucional, a formação de pessoal, a investigação, até a extensão;
- ii. A própria Estratégia da Revolução Verde que, apesar de ser bastante questionada, entretanto, apresenta aspectos bastante substantivos, referentes à sua operacionalização. São elementos enquadrados na própria Política Agrária, e que, se pudessem ser traduzidos na prática, o actual cenário que caracteriza o sector da agricultura seria ultrapassado.
- iii. O impacto dos 7 milhões na agricultura e na redução da pobreza

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



**Objectivos
específicos**

- Reflectir criticamente em torno das políticas de desenvolvimento viradas ao sector agrário;
- Identificar e compreender as diferentes políticas e estratégias de desenvolvimento voltadas ao sector agrário.

Revolução Verde

Os recentes pronunciamentos da liderança política e governamental, em defesa de uma **revolução verde** em Moçambique, por mais entusiastas que possam parecer, ainda não revelam substância e convicção suficientes, para demonstrar que representam uma adesão genuína à revolução verde em África. O facto de Moçambique assumir uma posição de liderança em prol da Revolução Verde de Moçambique, proporciona um ambiente favorável ao seu reconhecimento político estratégico de olhar a agricultura como um catalisador de desenvolvimento.

A economia socialista e socialização do campo foi abandonada pelo Governo de Moçambique, há mais de 30 anos atrás, a economia nacional deixou de ser subjugada e moldada pelo um modelo económico de inspiração marxista-leninista. Desde então, a ideia segundo a qual, Moçambique está a desenvolver uma economia de mercado, tornou-se comum, mas esconde mais do que esclarece sobre a natureza e as características da matriz, ou melhor, das matrizes económicas principais e concorrentes na actual economia nacional.

A Estratégia da Revolução Verde no país tem como objectivo principal promover o aumento da produção e da produtividade dos pequenos produtores, por forma a se garantir uma maior oferta de alimentos, de uma forma competitiva e sustentável. Conforme o Relatório da Inspeção de Finanças (2010)⁴⁹ só 3% dos agricultores utiliza fertilizantes químicos e isso em grande parte para tabaco. Enquanto que 2% dos agricultores utiliza

tratores e 11% utiliza tração animal. Além disso, é possível constatar uma redução da utilização de irrigação, fertilizantes químicos e pesticidas.

A Revolução Verde em Moçambique foi um processo de busca de alternativas para aumentar os níveis de produção e produtividade no sector agrário, através do uso de insumos agrícolas melhorados, fertilizantes, instrumentos de produção, tecnologias de produção adequada à realidade local, mecanização agrícola, incluindo a tracção animal, construção e exploração de represas para a irrigação e para o abeberamento de gado, entre outras acções. Trata-se de uma estratégia multidimensional de combate à fome e à pobreza e tem como meta final o aumento da produção e produtividade agrária de forma competitiva e sustentável.

O conceito da Revolução Verde em Moçambique assenta nos seguintes pressupostos:

- a) O combate à pobreza passa pela eliminação de uma das suas manifestações, nomeadamente: A carência em alimentos básicos e a insegurança alimentar permanente ou temporária;
- b) A geração de emprego e de renda são cruciais para a criação de condições necessárias para devolver a dignidade humana das comunidades;
- a) As experiências de outros países onde programas similares foram implementados com sucesso devem ser tomados em consideração

Embora tido como base do desenvolvimento socioeconómico em Moçambique, com cerca de 3,5 milhões de agricultores estimados pelo TIA em 2007 (incluindo os pequenos produtores, que são cerca de 3,3 milhões), o desempenho do sector agrário está muito aquém dos seus intentos. Para que a Estratégia da Revolução Verde alcance os objectivos almejados, há que se encontrar mecanismos de incremento da assistência aos produtores, desde os pequenos camponeses aos produtores empresariais, nas componentes de insumos, extensão agrária mais proactiva, no investimento à investigação, na ampliação das capacidades de irrigação do país, no melhoramento e ampliação das condições de processamento, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos agrários, na melhoria da rede de comunicação, etc., em resumo, é preciso um grande investimento na área agrária.

Porém, a actual realidade mostra que a agricultura é uma actividade que contém muitos riscos, baixo rendimento e uma alta vulnerabilidade relacionada com o clima. Assim, não existe muito interesse em se investir neste sector por parte das entidades financeiras, e parece não haver muito interesse por parte dos órgãos do Governo em se alterar tal quadro, o que faz com que os produtores se sintam numa situação de isolamento.

Para ser sustentável, progressivo e irreversível, este objectivo deve observar os seguintes princípios:

- a) Ser endógeno e assente na base socioeconómica e cultural dos produtores;
- b) Contar com a capacidade efetiva de apoio do Governo;

- c) Ter em conta as especificidades locais, nomeadamente o potencial agrogeológico de cada região, incluindo as zonas periurbanas;
- d) Ter forte liderança, criatividade e maximização do uso dos recursos locais para não depender exclusivamente do Orçamento do Estado (OE);
- e) Ter maior descentralização de competências, dos recursos humanos, materiais e financeiros para os distritos;
- f) Apoiar-se em políticas orientadoras e programas de promoção do movimento associativo dos produtores;
- g) Promover a autoestima dos produtores, desencorajando programas de distribuição gratuita de recursos materiais ou financeiros e encorajando esquemas de poupança e ajuda mútua;
- h) Implementar programas específicos, com metas claras e responsabilização na execução; e
- i) Integrar as escolas primárias, secundárias e técnico-profissionais na sua implementação.

Tendo em conta os principais constrangimentos existentes no desenvolvimento do sector agrário, a estratégia de intervenção para a implementação desta Revolução Verde deve assentar nos seguintes pilares básicos:

- a) Recursos Naturais (terra, água, florestas e fauna bravia);
- b) Tecnologias melhoradas;
- c) Mercados e Informação actualizada;
- d) Serviços Financeiros;
- e) Formação do Capital Humano e Social

O impacto dos 7 milhões na agricultura e na redução da pobreza

Em 2005, o Governo de Moçambique (GoM), através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro, decidiu alocar fundos de investimentos aos Governos Distritais, em operacionalização da Lei 08/2003 de 19 Maio, que determina que os distritos são unidades de gestão e execução orçamental. Estes fundos foram providenciados com o objectivo de criar capacidades locais de geração de emprego, incluindo auto-emprego, a partir de projectos concebidos localmente, e que fossem capazes de contribuir para o aumento da produção e da riqueza. Foram apontadas como sendo algumas das prioridades para o uso desses fundos:

- i. O investimento integral dos mesmos em projectos de desenvolvimento social e económico local;
- ii. Priorização ao uso de mão-de-obra local nos projectos enquadrados no âmbito do financiamento;

- iii. Selecção e direcção dos projectos com maior impacto, nas comunidades locais;

O que se esperava, com tal orçamento direccionado aos Distritos, era que, no processo de aplicação das verbas alocadas, os distritos pudessem cumprir com as normas de gestão e execução dos recursos públicos, como por exemplo, a aquisição nas casas comerciais locais (caso haja fornecedores licenciados), do conjunto de insumos e outras necessidades para a implementação dos projectos, bem como o realce às acções inseridas no Programa Quinquenal do Governo, que têm a área agrária em geral, e o sector da agricultura como uma das prioridades a merecer a atenção dos fundos distritais.

Entretanto, o OIIL desde que foi instituído, vem sendo alocado de forma imprópria às comunidades, quer dizer, desde que se iniciou com a atribuição dos fundos aos distritos, para projectos de desenvolvimento local, registam-se dificuldades no processo de sua gestão, dificuldades estas que acabam por afectar os resultados que se esperavam obter com estes recursos. No conjunto das dificuldades, existem aquelas de maior impacto, como por exemplo: As acções de planificação, em que a representatividade das diversas comunidades nos Conselhos Consultivos Distritais (órgãos de consulta na elaboração dos planos de desenvolvimento distrital) tem sido bastante questionadas, alegando-se mesmo casos de paternalismo e amiguismo nos membros destes Conselhos; A transparência na identificação e selecção dos projectos que beneficiam do financiamento dos sete milhões de meticais não tem sido efectiva, havendo casos em que se remete ao compadrio com os membros das administrações distritais para se beneficiar destes fundos; Há distritos cujos Conselhos Consultivos não desempenham o seu papel na identificação e selecção dos projectos, cabendo aos Administradores e seus subordinados directos o papel de selecção dos beneficiários dos fundos; As populações não têm beneficiado da devida capacitação por forma a poderem ter o domínio no processo de identificação de áreas que devem merecer atenção no direccionamento dos fundos, em suas comunidades; Muitas vezes os grupos beneficiários dos fundos não possuem conhecimentos de administração ou gestão financeira; Os distritos carecem de técnicos qualificados na área de concepção e elaboração de projectos comunitários, que fossem capazes de assistir aos diversos grupos, na monitorização destes fundos, incluindo a sua gestão eficaz.

Entretanto, o OIIL desde que foi instituído, vem sendo alocado de forma imprópria às comunidades, quer dizer, desde que se iniciou com a atribuição dos fundos aos distritos, para projectos de desenvolvimento local, registam-se dificuldades no processo de sua gestão, dificuldades estas que acabam por afectar os resultados que se esperavam obter com estes recursos. No conjunto das dificuldades, existem aquelas de maior impacto, como por exemplo: as acções de planificação, em que a representatividade das diversas comunidades nos Conselhos Consultivos Distritais (órgãos de consulta na elaboração dos planos de desenvolvimento distrital) tem sido bastante questionada, alegando-se mesmo casos de paternalismo e amiguismo nos membros destes Conselhos.

A transparência na identificação e selecção dos projectos que beneficiam do financiamento dos sete milhões de meticais não tem sido efectiva, havendo casos em que se remete ao compadrio com os membros das administrações

distritais para se beneficiar destes fundos; Há distritos cujos Conselhos Consultivos não desempenham o seu papel na identificação e selecção dos projectos, cabendo aos Administradores e seus subordinados directos o papel de selecção dos beneficiários dos fundos; As populações não têm beneficiado da devida capacitação por forma a poderem ter o domínio no processo de identificação de áreas que devem merecer atenção no direccionamento dos fundos, em suas comunidades; Muitas vezes os grupos beneficiários dos fundos não possuem conhecimentos de administração ou gestão financeira; Os distritos carecem de técnicos qualificados na área de concepção e elaboração de projectos comunitários, que fossem capazes de assistir aos diversos grupos, na monitorização destes fundos, incluindo a sua gestão eficaz.

Programa nacional do desenvolvimento agrícola - PROAGRI

A política definida pelo PROAGRI – Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola tentou resolver a maior parte dos constrangimentos com que a produção e a comercialização agrícola se deparavam. Como enfoque a melhoria dos serviços de extensão rural através da consolidação das redes e do fortalecimento das capacidades técnicas dos extensionistas.

Este programa também visava a promoção do estabelecimento de ligações entre a investigação e a extensão rural, assim como uma melhor disseminação das mensagens técnicas aos agricultores. De acordo com esta abordagem, a investigação iria apoiar a extensão rural na disponibilização de pacotes técnicos para resolver as preocupações dos agricultores. Para além disso, os princípios básicos introduziram uma abordagem guiada pela procura, segundo a qual a extensão rural devia responder às necessidades dos agricultores no desenho, implementação e avaliação dos programas. Os princípios básicos também exigiam um serviço de extensão rural que fosse relevante aos diferentes problemas de ordem tecnológica e socioeconómica enfrentados pelos agricultores, em especial os jovens agricultores e as mulheres.

O primeiro Programa Nacional de Investimento no sector da agricultura (1998 – 2004), o PROAGRI I, foi concebido no quadro do cumprimento dos objectivos a longo prazo, do sector da agricultura em Moçambique, que são:

"Melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza, através do apoio aos esforços dos pequenos produtores, às agências do sector privado e do Governo e não governamentais no sentido de aumentarem a produtividade agrícola, o agro processamento a comercialização, ao mesmo tempo que se mantém uma via sustentável para a exploração dos recursos naturais foi importante para se alcançarem estes objectivos a longo prazo". Para Francisco (2010), destaca que dentre os aspectos constantes no PROAGRI I, destaque vai para aqueles que sublinham a necessidade de maior ligação entre a investigação e a extensão, a necessidade de prestação de contas aos produtores relativamente aos serviços prestados, sistemas múltiplos de prestação dos serviços de extensão, inclusão social (em particular as mulheres, jovens e pessoas vivendo com o HIV/SIDA), dentre outros. Cumprida a primeira fase do PROAGRI, a segunda iniciou efectivamente em 2006. O documento do PROAGRI II (2006-2010) apresenta a estratégia para o sector da agricultura em Moçambique, que envolve não só uma grande variedade de actores do sector comercial, agricultores de pequena escala, sociedade civil e o sector público, mas também vários ministérios do sector público.

Francisco (2010), refere que o PROAGRI II tinha como objectivos principais:

- i. Consolidar a capacitação institucional conseguida com o PROAGRI I e concluir a reforma do Ministério da Agricultura e a transformação das suas modalidades de funcionamento;
- ii. Melhorar a capacidade a nível provincial e distrital em termos de planificação agrária e implementação de programas em conexão com as intervenções que apoiam a descentralização para o nível distrital;
- iii. Encorajar e promover a evolução de grupos de agricultores e de associações e as suas parcerias com as agências apropriadas do sector público, privado e das ONGs, como provedoras de serviços e/ou com empresas parceiras; e,
- iv. Traduzir essas melhorias em benefícios directos, tangíveis e significativos em termos de benefícios e impacto, sendo a maior prioridade dada a aceleração da implementação de intervenções directamente produtivas ao nível dos pequenos e médios agricultores e dos agregados.

No seu estudo sobre as políticas agrárias em Moçambique, Francisco (2010), constata que três categorias de actividades foram consideradas no PROAGRI II:

- i. As funções nucleares mínimas do MINAG, que são essencialmente orientadas pelas ofertas;
- ii. actividades internas orientadas pela procura, que incluem tudo desde a investigação, actividades de extensão para fortalecer as associações de agricultores; e,
- iii. actividades externas orientadas pela procura, que são essenciais para o desenvolvimento da agricultura, mas que se situam para além do mandato do MINAG, como os mercados, as finanças rurais, infraestruturas rurais e um ambiente favorável.

Conforme o PROAGRI II, a implementação da última categoria de actividades seria coordenada pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e pelas Direcções Provinciais do Plano e Finanças. O PROAGRI II apresenta a Extensão Agrária como uma das funções nucleares do Ministério da Agricultura investida de grande importância para a provisão de outros serviços agrários a nível central, provincial e, principalmente, ao nível distrital. Entretanto, tal como em outros instrumentos, as estratégias contidas nas duas fases do PROAGRI não conseguiram ser executadas tal como o previsto, por forma a se alcançarem os objectivos concebidos.

As realizações do PROAGRI na área de gestão de terras agrárias são positivas e o programa registou sucessos no apoio ao processo de reforma da lei de terras, levado a cabo pelo governo. Neste contexto, foi aprovada legislação sectorial (lei e regulamentos em 1997 e 2002, respectivamente), a qual cria oportunidades para a participação das comunidades e serve de instrumento para a partilha dos benefícios (20% das taxas de exploração) para as comunidades em colaboração com as ONGs, em apoio à disseminação da lei e dos seus regulamentos. Em resultado disso, foram estabelecidas e estão operacionais 68 iniciativas de elaboração de planos de gestão e de negócio ao nível das comunidades. Foram criados 259 comités para fiscalizarem a

exploração das florestas e da fauna bravia. O processo conduziu a um maior envolvimento das comunidades em questões ligadas ao uso e aproveitamento da terra e na regulamentação dos recursos locais. O processo de simplificação dos procedimentos na atribuição de terras foi orientado pelo PROAGRI em todas as províncias. Este processo incluiu uma redução, em média, para 90 dias na aprovação dos pedidos de atribuição de terras, facto que aliviou consideravelmente as frustrações administrativas locais em relação aos atrasos demasiado grandes no processamento e abriu uma janela para mais investimentos locais em consequência da facilitação do acesso à terra.

Referências Bibliográficas

INE (2017). Senso geral da População e Habitação. Acessado em: www.ine.gov.mz

INGC (2007). Manual de Agricultura de Conservação para técnicos e agricultores, Beira-Viena.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2008). Estratégia da Revolução Verde em Moçambique. Maputo.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014.

Lei nº. 11/95, de 31 de Outubro – Política Agraria e as respectivas Estratégias de Implementação.

Lei nº. 12/95, de 23 de Dezembro, sobre alocação de Fundos de Investimento aos Governos Distritais.

Lei nº. 11/95, de 31 de Outubro – Política Agraria e as respectivas Estratégias de Implementação.

Francisco, A. A. (2010). O Impacto da Política Agrária em Moçambique. Centro de estudos Moçambicanos Internacionais – CEMO.

Sumário

Nesta **Unidade** temática 5.1. estudamos e descrevemos as principais reformas no Reformas agrárias nos diferentes períodos e os impactos previstos na mesma. Traçamos o percurso desde o programa da revolução verde em Moçambique ate as reformas agrárias mais recentes, todas elas com o objectivo de desenvolver e potencializar a agricultura em Moçambique e consequentemente as zonas rurais.

Auto-avaliação

1. de que forma é que a localização geográfica de moçambique contribui para que agricultura seja a base de desenvolvimento?
2. Que factores contribuem para a fracasso dos programas de desenvolvimento voltados ao sector agrário moçambicano?

3. Que aspectos deviam se ter em conta quando se introduziram os fundos de iniciativa local vulgo “7 milhões”?
4. Que papel tem os técnicos de extensão agrária na implementação das políticas de desenvolvimento voltadas a este sector. Ex: PROAGRI?
5. Como descreves o papel dos Conselhos Consultivos Locais nos distritos?
6. Pode a mecanização agrícola ser um factor determinante para o sucesso da agricultura em Moçambique? Por que?

Exercícios de avaliação

1. A agricultura desempenha um papel importante no âmbito do combate à pobreza e na geração de emprego rural. Comente a afirmação.
2. A produção agrária moçambicana depende sobre maneira do sector familiar. Comente a afirmação.
3. Da natureza multisectorial da agricultura e do desenvolvimento rural, alguns pensadores defendem que o sucesso da agricultura em Moçambique depende de medidas situadas fora da alçada da agricultura. Comenta a afirmação.
4. Os distritos são unidades de gestão e execução orçamental, na sua opinião como esse factor pode constituir um determinante de desenvolvimento distrital?
5. Importa notar que, devido à sua localização geográfica, Moçambique é afetado ciclicamente por calamidades naturais (principalmente secas, cheias e ciclones). Como esses eventos podem constituir entraves ao processo de desenvolvimento agrário?
6. Indique e descreva os pilares da estratégia de Revolução Verde.
7. Olhando para os objectivos definidos a quando do desenho da política de Revolução Verde, quais seriam outros aspectos a integrar tendo como base o cenário actual?
8. Os fundos de Iniciativa Local vulgo “7 milhões” figuraram dentre as primeiras medidas de descentralização no que tange ao financiamento aos distritos. Fale do impacto deste na promoção e dinamização da agricultura praticada pelos pequenos produtores.
9. A Revolução Verde em Moçambique foi um processo de busca de alternativas para aumentar os níveis de produção e produtividade. Comente.
10. Na sua opinião quais foram os factores limitantes do fracasso dos fundos de iniciativas locais.